

ATA Nº12

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 11 de dezembro de 2015.** -----

-----Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e pelo senhor Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30/09/2015.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO 26 DE SETEMBRO DE 2015 A 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº165/2014) – VAGOLEITE, LDA;** -----

----- **PONTO TRÊS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº 165/2014) – BATATAS EGBERTO & FILHOS, LDA;** -----

----- **PONTO QUATRO: LCPA - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- **PONTO CINCO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO EM 2016 – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS;** -----

----- **PONTO SEIS: LISTAGEM DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2015 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO;** -----

----- **PONTO SETE: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO E AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

-----**PONTO OITO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉCTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

-----PONTO NOVE: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2016. -----

-----PONTO DEZ: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2015; -----

-----PONTO ONZE: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS PARA ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS-2016. -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- Manuel Marcelino Manangão, Maria da Graça Matias Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Liliana Barreira e Marco Aurélio Lourenço Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Ana Paula Mourão, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Jorge Pereira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Carla Filipa Ferreira Gouveia, Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Pedro André Santos Neto, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Fernando José Silva Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António, que está novamente, retomando posse hoje, nesta Assembleia Municipal por força da sua reeleição no dia oito de novembro de 2015. -----

----- Faltaram ao início da sessão os senhores deputados Victor Neto, Hermes Fernandes, Maria Helena Marques, Ana Paula Branco e Óscar Gaspar. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores deputados Juan Carlos Martins e André Pinho, em substituição de Juan Carlos Martins. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhor João Domingues, senhora Dulcínia Sereno, senhora Maria do Céu Marques, senhor João Paulo Sousa Gonçalves e a senhora Ana Maria Vasconcelos. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30/09/2015.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 30 de setembro de 2015, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre 01 de outubro a 11 de dezembro de 2015. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelo senhor deputado Juan Carlos Martins à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor deputado José Martins pediu e usou da palavra e começou por dar uma palavra de apreço pela vinda, novamente, do Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António ao seu lugar em representação da Junta de Freguesia. Entretanto, referiu que na última Assembleia Municipal foi aqui levantado um problema por causa dos cães abandonados que andariam vadios na Freguesia de Soza e o senhor deputado quis saber o que é que foi feito pelo Município e não só, ou seja, se houve alguma intervenção por parte das pessoas de Soza, do Presidente da Junta e do Clube de Caçadores. Questionou se houve alguma intervenção destas entidades no sentido de capturar estes animais. Também na área da Junta de Freguesia de Soza, o Vale do Boco, tem sido uma preocupação para aquelas pessoas, durante os últimos anos, e consta que continua com algumas dificuldades das águas das nascentes chegarem às últimas azenhas que são a mais-valia daquele vale. Na mesma zona existe um entulho que pertence a uma empresa, Recivagos, e o grupo municipal do PSD queria saber o que é que se poderá fazer, o que é que já foi feito e se há alguma solução para aquele amontoado que ali se encontra. Outro assunto que abordou tem a ver com a segurança na EN 109 uma vez que têm vindo a acontecer vários acidentes e muitos deles com fins trágicos, na zona de Calvão. O senhor deputado quis saber se o Município tem previsto alguma intervenção para esse local, ou se pode ter, porque ele é de opinião que se deveria fazer alguma coisa para que este grande número de acidentes diminua. Entretanto, referiu-se à iluminação na rotunda da A17 de Santo André tem estado desligada, como já esteve a de Soza. Esta foi uma chamada de atenção, porque rotundas sem luz tornam-se perigosas. Na estrada Carregosa-Ouca também já houve bastantes acidentes e questionou se a situação já estava resolvida ou se já foi criada alguma solução ou forma de diminuir o perigo dessas vias. Outra situação que continua a ser motivo de preocupação é o estado das estradas, essencialmente a sul do Concelho. Já se falou aqui, diversas vezes, de alguns alcatroamentos e o grupo municipal do PSD gostaria de saber quais e para quando, porque os carros já não aguentam muito mais andar naquelas vias tão degradadas. Entretanto, deixou um alerta, ou seja, se forem feitos alcatroamentos, para que não aconteça aquilo que habitualmente acontece, não comecem logo de seguida a fazer rasgos para a PT, para ligação de novos ramais da água, e ter um bocado de cuidado para não se estragar novamente o que se pode vir a fazer. De seguida questionou se o Pontão que liga Parada de Cima a Santa Catarina já

está feito e se não está para quando está previsto iniciar as obras e relativamente ao Pontão das Malhadas quis saber o ponto de situação. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado António Bastião e questionou se o Plano Municipal de Proteção Civil contempla e identifica os pontos negros de acidente rodoviários que ocorrem no Concelho de Vagos. Esta questão vai também de encontro, um pouco, àquilo que o senhor deputado José Martins referiu, ou seja, ao estado das estradas do Concelho. Quanto às Florestas e Zonas Ribeirinhas o que é que a Comissão Municipal de Proteção Civil está a fazer no sentido de prevenir e atenuar eventuais situações menos boas que possam acontecer no futuro. Outra questão, que já foi aqui abordada, tem a ver com a realização de uma eventual feira de carácter agrícola e industrial e que de certa maneira promoveria o Concelho de Vagos e as suas gentes. No passado realizou-se uma do género com o nome de Florivagos. O senhor deputado tem verificado que nos Concelhos limítrofes estas feiras realizam-se e dinamizam a economia local. Na sessão ordinária do passado dia vinte e sete de fevereiro o senhor Presidente disse, e passou a citar, *“aliás já existem iniciativas privadas, empresas do Concelho que acham importante realizar-se um evento desse género, e que fizeram chegar à Câmara uma proposta para se começar a trabalhar nessa ideia. Está agendada uma reunião em março com o NEVA e com algumas empresas para começar a pensar na realização dessa eventual feira.”* Esta citação está registada na ata número oito e a pergunta que colocou foi a seguinte: *“ Para quando é que estará prevista a ativação ou reativação de uma feira agro-industrial que promova, dinamize e dignifique o nosso Município?”* -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal para registar, com agrado, a situação das paragens de autocarro, que foram substituídas dando um ar de limpeza e agrada a quem passa e vê que as coisas estão mudadas. Apenas um senão, isto é, foram substituídas as paragens e as que lá estavam ficaram bastante tempo para serem removidas. O senhor deputado julga que se tivessem sido logo retiradas teria sido muito melhor mas, em todo o caso, está muito bem. Outra situação que referiu prende-se com os locais onde estão colocados os ecopontos, ou seja, os sítios onde os ecopontos estão instalados é terra batida e seria melhor, caso haja essa possibilidade, fazer uma base iria melhorar bastante, até para fazer a recolha, e as pessoas teriam um pouco mais de cuidado. ---

----- O senhor deputado César Grave pediu para usar da palavra e começou por, em nome do grupo municipal do CDS, dar as boas vindas à senhora Vereadora Ana Maria Vasconcelos. Entretanto, questionou o senhor Presidente sobre a avaliação ou quantificação do impacto causado na vida pública e na economia vaguense dos eventos realizados este ano, até porque se gastaram alguns milhares de euros. Entretanto, quis saber o que está previsto fazer junto à ponte de Soza que se encontra bastante degradada e tira alguma beleza à ria, já com as obras da POLIS. Em relação ao passadiço para o ponto da atracagem de barcos, construído junto a esta mesma ponte, este encontra-se danificada há já alguns meses, até mesmo antes da inauguração das obras na quinta do Ega, e assim continua representando algum perigo. O senhor deputado perguntou se está previsto repará-lo. O senhor César perguntou, ainda, e em nome da vila de Vagos, para quando um arranjo nas estradas que estão todas degradadas, e deu como exemplos: a rua dos Cardais, a rua das Irias, a rua dos Lamigueiros e a antiga estrada da Helitene.

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e começou por fazer uma saudação ao senhor Presidente da Câmara por ter dado atenção ao assunto dos cães, aqui falado na anterior sessão, e, segundo ele, cerca de metade dos cães já foram apanhados. O senhor Fernando informou também, de que a Junta de Freguesia encomendou, também ela uma gaiola e está preparada uma zona para servir de ponto de recolha prévia para agarrar os restantes animais. Entretanto, referiu outra questão, direcionada ao senhor Vice-Presidente, relativamente a um assunto já falado várias vezes e que tem a ver com a zona envolvente ao Parque Empresarial de Soza. Esta zona continua com um problema de águas, porque foi tudo desviado com a instalação da nova fábrica, a 360 Steel, para um caminho público. Já foram ali gastos dois camiões de saibro a tapar os buracos e seria importante o senhor Vice-Presidente dirigir-se ao local ver em pormenor, até porque existem lá outros assuntos complicados que têm a ver com poços. Continuado, e voltando-se para o senhor Presidente, referiu que está preocupado com o dinheiro das transferências de competências que demora a ser transferido e que está a fazer bastante falta porque alguns ordenados de algumas famílias dependem deste dinheiro. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia e começou por dar as boas vindas à senhora Vereadora Ana Maria Vasconcelos, agradecendo-lhe a colaboração e mostrar o seu agrado por o grupo municipal do PS estar a ser representado por ela. Entretanto, deixou uma informação, que já não é novidade para alguns, de que ocorreu no mês passado uma Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro e mais uma vez sem haver um pedido de opiniões aos restantes membros da Assembleia Municipal. Não houve, sequer, um reencaminhamento das informações da ordem de trabalhos que iriam ser discutidas nessa mesma Assembleia. Nesta ordem de trabalho desta Assembleia Municipal também não há qualquer referência aos assuntos tratados na dita Assembleia Intermunicipal e sobre a representação que lá é feita. Mais uma vez a senhora deputada apela à prestação de contas por parte dos membros do PSD, e em particular do seu porta-voz, que representam Vagos nesse órgão e em particular sobre o que se passou nessa última Assembleia Intermunicipal. Isto, para que também não seja posta em causa a sua capacidade real de representar os membros desta Assembleia Municipal e dar voz aos vaguenses reforçando mais uma vez que por serem do mesmo partido não representam a pluralidade deste órgão. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezoito horas e cinquenta minutos deu entrada na sala o senhor deputado Hermes Fernandes. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu e usou da palavra e referiu que trás duas questões para apresentar a esta Assembleia. A primeira delas é a de cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão pelo manifesto e iniciativa de disponibilidade que tiveram para acolherem refugiados. Este cumprimento é feito não só ao senhor presidente Luís Oliveira como a todos os elementos da Junta de Freguesia de Calvão. A segunda questão é relativa ao processo das eleições intercalares na Freguesia de Vagos e Santo António. O senhor deputado quis deixar claro que esta sua intervenção é mais de carácter informativo que opinativa e não é contra ninguém. Apenas entende que é seu dever informar o senhor Presidente e esta Assembleia Municipal, que superiormente V^a Ex^a dirige, de que invocou, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, para chamar à atenção de alguns

governantes da situação do vazio de poder a que se chegou na Freguesia de Vagos e Santo António como resultado da perda de mandato do seu presidente e tesoureiro. Assim sendo, informou de que fez uma exposição ao senhor Ministro, na altura, Adjunto e do Desenvolvimento Local, Dr. Poiares Maduro, bem como ao senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. António Amaro. Esse documento foi divulgado e neste momento o senhor deputado não o tem consigo, mas com certeza o senhor Presidente teve oportunidade de ler. Entretanto, aproveitou para dizer que a essa sua exposição a resposta que lhe deram foi a mesma que deram a qualquer membro desta Assembleia, ou seja, nenhuma. Mais informou de que perante o facto de não obter qualquer resposta interpôs uma ação administrativa especial de impugnação do despacho do Gabinete do senhor Secretário de Estado junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, e fê-lo na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Vagos, que passou a ler. *“ Venho respeitosamente invocar a ação administrativa especial de impugnação do duto despacho do nº 10064/2015 do gabinete do senhor Secretário de Estado da Administração publicado na 2ª Série do Diário da República de 07 de setembro de 2015, com base no seguinte.”* Entretanto, aproveitou para dizer que a sua intervenção neste processo, nessa qualidade, foi mais sustentada na Assembleia de Freguesia e não na figura do Presidente. *“1ª Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António é constituída por treze elementos. 2ºDemitiram-se seis elementos e encontra-se esgotada a possibilidade de serem substituídos, na medida em que todos os elementos efetivos e suplentes da lista mais votada se demitiram. 3ºMantêm-se, contudo, a efetividade dos sete elementos da Assembleia de Freguesia, logo a maioria da dita Assembleia. 4º Uma vez que renunciaram todos os elementos da lista mais votada a senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, que igualmente havia renunciado ao cargo, comunicou o facto ao governo invocando erroneamente, do meu ponto de vista, que a Assembleia se encontrava dissolvida. 5º Omitindo de forma deliberada que se mantinham em funções sete dos treze elementos eleitos. 6º Com base na informação contida na missiva enviada à tutela, mais concretamente ao senhor Secretário de Estado da Administração Local, este convoca eleições considerando como boa a informação que a Assembleia se encontrava dissolvida, por força da demissão de todos os eleitos, efetivos e suplentes, da lista do PSD, que foi a lista que ganhou as eleições. 7º Contudo, e salvo melhor opinião, o órgão Assembleia de Freguesia não foi dissolvido pela simples razão de que, tal como atrás ficou dito, se encontram em efetividade de funções, e não apresentaram a sua demissão, sete dos treze elementos que compõem o órgão. O direito dispõe o nº2 do artigo 11 da lei 169/99 de dezoito de setembro, alterada pela lei nº 5-A/2011, de 11 de janeiro, na redação dada pela lei orgânica 1/2011, de 30 de novembro, que esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efetividade de funções a maioria do número legal dos membros da Assembleia, o Presidente comunica o facto ao membro do Governo responsável pela tutela das Autarquias Locais para que este marque no prazo máximo de trinta dias novas eleições sem prejuízo no disposto no artigo 99º. É precisamente pela interpretação desta norma, bem assim como pela interpretação das próprias regras da democracia, se entende não haver, no caso da Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António, motivo para serem convocadas eleições intercalares. O órgão democraticamente eleito mantém a sua maioria em efetividade de funções logo, pelo facto de renunciarem ao mandato seis elementos do órgão, sendo que este se mantém em funções, não seria*

lógico que o órgão fosse dissolvido já que se mantém o quórum deliberativo. Antes, estaríamos perante uma subversão às regras democráticas que certamente não tem acolhimento legal sob pena de então estarmos perante uma norma que viola a Constituição, e por isso inconstitucional. Eventualidade que desde já se invoca para todos os devidos e legais efeitos designadamente para efeitos de eventual recurso para o Tribunal Constitucional. Devemos dizer que me esqueci na altura de, porque também desconhecia, porque agente também não sabe tudo e não é da minha área, não sou jurista nem sou advogado, e esqueci-me de colocar o valor da alçada, e lá acrescentei que o valor da alçada que eu dava, o valor da ação, era de um euro. Termos em que nos melhores de direito aplicáveis e com e sempre mui douto de Vª Ex.ª requer a Vª Ex.ª se digne declarar nulo o douto despacho que se impugna, julgando sem efeito a marcação do ato eleitoral por não estarem preenchidos os pressupostos legais que determinam a marcação do ato eleitoral do qual, e desde logo não estar dissolvido o órgão Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António. Depois junto as provas e pede deferimento, catorze de setembro de dois mil e quinze. Devo-vos dizer já agora também e informar que a senhora juíza do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro me notificou. Assunto da sentença, com este despacho: fica deste modo Vª Ex.ª notificado relativamente ao processo supracitado da sentença proferida nos autos acima referidos de que se junta cópia. E vou passar-vos a ler a decisão da senhora juíza. Conclusão, trinta do nove de dois mil e quinze: com a respeitosa informação de que se verificou que os AA não procederam ao pagamento da taxa de justiça devida, artigos 145º nº1 e 2, 552/3, 560, 207, 558, todos do CPC, penso que deve ser do Código do Processo Civil, e 80/1, d) do CPA, deve ser do Código do Processo dos Tribunais Administrativos, nem juntou procuração a favor do advogado, artigo 1. Esta é a conclusão. Depois diz assim: o autor não constituiu mandatário sendo que o nº1 do artigo 11º do Código do Processo de Tribunais Administrativos estabelece que os processos da competência dos Tribunais Administrativos é obrigatória a constituição de advogado. Por outro lado, o autor não juntou com a petição inicial documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça ou da concessão do benefício de apoio judiciário conforme dispõe o nº3 do Código do Processo Civil..., pelo que não tendo o autor constituído mandatário nem procedido à junção do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça ou da concessão do benefício do apoio judiciário ordena-se o desentranhamento da petição inicial e a devolução do mesmo àquele com custas do incidente pelo autor no mínimo legal. Era disto que eu vos queria dar conhecimento senhor Presidente, porque também, com toda a transparência, não gostaria nada que andassem por ai a dizer que eu que fiz isto ou aquilo. Aquilo que eu fiz foi precisamente isto e porquê? Porque a mim me parece que este processo, e eu não queria opinar muito sobre isto, mas tinha que dizer, considero um processo complexo, porque o é, não é tão linear assim. Também não gostei, efetivamente, da forma como ele foi conduzido, e se é verdade, e até considero este um verdadeiro caso de estudo à lei daquilo que nós temos publicada relativamente ao processo. E é bom que não se esqueçam que houve aqui algumas fases que eu estou convencido, porque não conheço, confesso que não conheço, mas estou convencido que houve aqui algumas omissões relativamente a algumas fases do processo. Mas queria-vos dar conhecimento disto, não queria pronunciar-me sobre o processo, porque isso já foi mais do que debulhado, mas queria que soubessem destas diligências, chamamos-lhe assim, em nome também da transparência e como contributo para que, efetivamente, a legislação, neste

caso, possa ser melhorada e ser bem mais prática, porque a acontecer parece-me a mim que o exemplo que aqui se aplicou em Vagos resultou mal a nível nacional. Tenho dito.” -----

----- Entretanto, quando eram cerca de dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, deram entrada na sala as senhoras deputadas Maria Helena Marques e Ana Paula Branco. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. Assim sendo, começou por se associar ao votos de boas vindas que foram, aqui, dirigidos à Dr.^a Ana Maria Vasconcelos e dar uma palavra muito especial ao regresso do senhor Fernando Julião democraticamente eleito nas últimas eleições intercalares para a Junta de Freguesia de Vagos e Santo António, e que hoje se volta a juntar a esta Assembleia Municipal. Entretanto, os dois primeiros assuntos o senhor Presidente da Câmara pediu permissão, ao senhor Presidente da Mesa, para passar a palavra à senhora Vereadora Dulcília Sereno, para responder à questão sobre os cães, e ao senhor Vice-Presidente, para responder sobre as levadas do Vale do Boco.

----- A senhora Vereadora Dulcília Sereno referiu que faz seus os votos de todos quantos desejaram o bem de todos que cá estão. Relativamente aos animais, e precisamente em Soza, informou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de que fica muito contente por ter mais uma gaiola no Concelho mas tem de ter muito cuidado porque a Câmara Municipal só pode apanhar os animais que pode manter. Se não foram todos apanhados foi porque a Câmara não tem capacidade para os manter todos, porque eles têm de ter aquele tempo de resguardo antes de saírem em adoção ou de serem abatidos, se assim for o caso. Os serviços camarários apanharam oito e, segundo foi informada a senhora Vereadora, andam lá mais cinco cães, a não ser que já tenham nascido mais ou que alguém tenha abandonado mais. A senhora Vereadora acha muito estranho ser sempre naquele sítio e serem sempre muitos. A senhora Vereadora deslocou-se com a médica veterinária municipal ao local, pediram a uma senhora que deixasse colocar as gaiolas num espaço que lhe pertencia ao que ela deixou. Na altura em que foram recolher levaram alguns para Ílhavo, os que são permitidos, e os restantes ficaram. Entretanto, alguns foram adotados, dois ou três, e os outros tiveram de ser abatidos. A senhora Vereadora referiu que os senhores Presidente de Junta sabem que têm de fiscalizar os animais e até multarem, se assim for, quem abandonar os cães. É lógico que é difícil saber porque alguns têm chip, e outros não, e os que se sabia a quem pertenciam foram contactados e não apareceram e os cães tiveram que levar o seu caminho o mais dignamente possível. A senhora Vereadora já havia dito ao senhor Presidente da Junta de Freguesia que tinha sido pedido por *e-mail* um sítio mas não foi assim, ou seja, o pedido foi feito por boca, segundo informações do funcionário da Câmara responsável pela captura dos cães. Entretanto, deixou um pedido a todos, ou seja, quando não quiserem os animais ou não os possam ter que façam o pedido diretamente à Câmara e não por interpostas pessoas, porque há poucos dias uma senhora entregou duas cartas à senhora Vereadora, a queixar-se de cães, que nem sequer passaram pela Junta de Freguesia. Esse deve ser o primeiro passo, ou seja, dirigirem-se à Junta de Freguesia para que esta identifique os locais e a Câmara Municipal possa chegar aos cães o mais breve possível. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Vice-Presidente, Paulo Sousa, e referiu que relativamente às levadas do Boco a Câmara Municipal em conjunto com a Junta de Freguesia de Soza já tem identificadas as situações mais urgentes de reparação e irá fazer-se de tudo para que não sejam

danificadas mais as levadas e estão identificadas três. Uma delas junto à A17, na passagem superior do Boco para Ouca, existe ali um tubo de águas pluviais onde a ASCENDI descarrega por ali as águas pluviais e o caudal é muito elevado e provoca problemas de rutura. Uma solução identificada, também, com pessoas conhecedoras desta situação, além do Presidente de Junta, seria uma bacia de retenção que está a ser estudada e brevemente haverá novidades desta matéria. Depois, há outra situação, também identificada, que é o local conhecido pela Azenha do Capela, onde as águas pluviais entram nas levadas e provocam problemas, sendo a forma de resolução um desvio das águas pluviais de modo a não permitir a danificação nas levadas. A outra situação, também identificada, é uma descarga de desvio da água que vem da ETAR, um tubo que descarrega diretamente na levada. Neste caso o objetivo é desviar para uma linha de água municipal para que não entre diretamente nas levadas. Estas situações estão identificadas, estão orçamentadas, incluídas no orçamento para 2016, e agora vai ser avaliada a fase final da resolução destes problemas, em conjunto com a Junta de Freguesia, para se avançar com as obras. Relativamente às pluviais na zona da empresa 360 Steel, existe ali um projeto que está feito em conjunto com ASCENDI, em relação às pluviais, por causa do projeto de infraestruturas da Parcela B. Neste momento, ainda havia algumas situações a ver com a ASCENDI embora agora já se possa ir ao local, uma vez que já existem dados concretos e já se pode fazer uma avaliação da situação com mais rigor para se avançar com a resolução do problema. -----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara e começou por responder às questões colocadas pelo senhor deputado José Martins. Em relação à questão da RECIVAGOS de facto, ao que parece, houve uma insolvência da sociedade e a Câmara Municipal já fez deslocar a fiscalização ao local. Agora, a questão é que o responsável será o proprietário do terreno, porque é ele que neste momento tem o problema em mãos e a Câmara Municipal vai ter de resolver em conjunto com ele essa questão que evidentemente é preocupante para todos. Relativamente à segurança na estrada nacional 109, e não é só na zona de Calvão mesmo no cruzamento do semáforo na zona de Santo António, a Câmara Municipal recebeu há pouco tempo uma comunicação preocupante da Junta de Freguesia que reencaminhou de imediato para a EDP. Ao que parece há um determinado momento e determinadas alturas em que o semáforo não faz bem o controle e acontece, por vezes, estar ligado, durante frações de segundo, verde para os dois lados. O senhor Presidente nunca se apercebeu disso mas, atendendo à gravidade da situação reportou-se, imediatamente, à EP a situação. Há um problema relativamente aos semáforos, mesmo ao que se encontram no centro da vila, porque fez agora um ano que estiveram bastante tempo avariados e a Câmara Municipal não tem autorização das Estradas de Portugal para mexer nos semáforos, apesar de, por incrível que pareça, os semáforos que foram colocados no centro da vila terem sido colocados pela Câmara Municipal. As regras das Estradas de Portugal são assim, é uma entidade que demora muito tempo a responder às solicitações. Para estas pinturas que aqui foram feitas na estrada marcou-se uma reunião, veio-se ao local, solicitou-se que fosse feito o alargamento da faixa que vira para Soza, porque é a faixa que é mais utilizada, e ficou muito melhor assim do que aquilo que estava, e eles demoraram muito tempo a vir. Quando vieram não tiveram em atenção aquilo que a Câmara Municipal solicitou e foi-lhes pedido que interrompessem os trabalhos e eles interromperam, ou seja, quando a Câmara se apercebeu eles tinham ido embora e nem sequer avisaram. Posteriormente

vieram fazer o trabalho da forma correta mas também não avisaram a Autarquia. Por acaso, um dia o senhor Presidente ia a passar e viu aqui algum movimento e pediu aos serviços para virem ver o que é que se passava e eles aperceberam-se que era as Estradas de Portugal que iam fazer as pinturas e, agora sim, de forma correta conforme o solicitado. A Câmara Municipal permanentemente alerta a agora Infraestruturas de Portugal para algumas questões, inclusive o senhor Presidente já teve uma reunião em Lisboa, em maio deste ano, no sentido de manifestar a disponibilidade de se fazer a transferência da competência da gestão da EN 109 para a Câmara Municipal, ou seja, a municipalização da 109, num processo que o anterior Presidente de Câmara já tinha abordado por algumas vezes, e ainda está à espera de uma resposta a essa reunião. Entretanto, já enviou novamente um *e-mail* e continua à espera. Relativamente à falta de iluminação no acesso à A17 tem sido muito frequente nos últimos tempos e a Câmara Municipal tem notificado a ASCENDI para o facto das luzes estarem desligadas de modo a resolverem a situação. A questão do cruzamento Carregosa/Ouca houve uma intervenção há cerca de dois anos e foi iniciada uma primeira intervenção, na estrada Real, no sentido Soza/Ouca e foram colocadas algumas raias no chão com *leads* intermitentes a assinalar o cruzamento. Não foram colocadas no sentido Carregosa/Ouca porque andavam a ocorrer, por essa altura, as obras do Carvoeiro e foram colocadas posteriormente e até à data o senhor Presidente não tem registo de ter lá ocorrido mais nenhum acidente. Portanto, aparentemente a situação está bem resolvida. Em relação ao estado das estradas vem na informação, ponto um da ordem de trabalhos, de que foi feita a abertura das propostas no dia onze e o senhor Presidente julga que já foi adjudicado a 1ª fase dos alcatroamentos que foi articulada com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e pelo senhor Vice-Presidente a definição das prioridades dos alcatroamentos. Muitos dos alcatroamentos que o senhor deputado César Grave referiu estão precisamente nesta intervenção. Relativamente à questão colocada, sobre as estradas que são alcatroadas e depois são abertas para se fazerem intervenções, esta está a ser analisada em duas vertentes, ou seja: a primeira é aquilo que é responsabilidade da Câmara nomeadamente a elaboração da obra de águas pluviais onde for necessário, e está a ser feito caso a caso a deteção dessas necessidades e a fazer a colocação das águas pluviais; a segunda, foram notificadas as entidades, AdRA, Cabovisão, PT, EDP, no sentido de lhes dizer que a Câmara Municipal iria proceder à intervenção daquelas estradas e se houvesse alguma intervenção que quisessem fazer para a fazerem ficando, obviamente, agora um período no qual eles não poderão fazer nenhuma intervenção, a não ser uma grande urgência. Em relação ao Pontão em Parada de Cima este está terminado, ou seja, a obra está devidamente concluída e ocorreu sem qualquer incidente. O pontão das Malhadas também vem na informação de que foi adjudicado pelo valor de cento e sessenta e oito mil euros à empresa Ribeiro Escala. Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado António Bastião o senhor Presidente estava a trocar mensagens com o Comandante Operacional para ver se ele enviava a informação sobre a indicação dos pontos negros no Plano Municipal de Proteção Civil mas ainda não recebeu nada. A Câmara Municipal tem uma identificação dos pontos negros rodoviários o que o senhor Presidente não sabe é se isso está transposto para o Plano, ou seja, se perguntarem se existiu em tempo esse levantamento dos pontos negros ele existiu. Agora, se está transposto no Plano municipal terá que aguardar pela informação até à próxima Assembleia se não chegar antes. Em relação

à questão das zonas ribeirinhas está a ser ultimado um protocolo, que será levado à primeira ou segunda reunião, com os militares, nomeadamente com o Regimento da Engenharia 3 de Espinho para ser feita a limpeza num determinado número de valas matrizes definidas e que eles virão limpar e, obviamente, terão de ser recompensados, ou seja, terão de lhe serem pagos os custos. Os protocolos com o Exército são, assim mas fica sem dúvida nenhuma mais barato, porque foi feita essa comparação, do que se fosse feita a adjudicação a uma empresa. Mas, este é sem dúvida nenhuma o primeiro passo, isto é, proceder à limpeza das valas matrizes de modo a escoar as águas e evitar inundações. O que tem acontecido é que a Autarquia tem feito um esforço, nomeadamente em conjunto e articulação com a Juntas de Freguesia, porque existem de facto esses problemas principalmente nas Freguesias que têm um nível freático mais baixo. Existem dois ou três problemas que até vêm devidamente assinalados no orçamento de 2016, porque são problemas que estão assinalados e que têm ser resolvidos e há um que nunca ficou resolvido que é à entrada da vila que vem do lado de Ílhavo, e que está há alguns anos para ser resolvido. Há um problema também muito grave na praia da Vagueira na Urbanização Santa Isabel, Praceta do Infante. Na Freguesia de Fonte Angeão também tem havido alguns problemas mas, felizmente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia também tem feito algumas limpezas de valas, assim como em outras Freguesias em que se têm feito alguns trabalhos na resolução do problema das águas pluviais que são comuns em vários Municípios. Em relação à feira de carácter agrícola e industrial de facto já existiu, chamou-se Vagros e era um grande sucesso na altura. Infelizmente, por razões que o senhor Presidente não quis, neste momento, avaliar foi decidido dar uma nova roupagem e isso foi matando a feira até que foi decidido, já com o executivo do PSD porque a feira como Florivagros não tinha razão para continuar, não continuar com aquele modelo. Foi pena não ter mantido a velha Vagros, que provavelmente seria um sucesso, a par com a Expofacic, quem sabe. Na altura em que começou era bem mais importante que a Expofacic. Neste momento, o senhor Presidente não sabe se faz algum sentido ter uma feira agrícola, ou pelo menos a existir tentar dar-lhe outra roupagem, como por exemplo agrícola e industrial. Esta foi a abordagem que a Câmara Municipal já fez com o NEVA e com a sua direção e entendeu-se que se devia continuar a falar sobre o assunto. Agora, é uma coisa que é preciso para isso que é fazer investimento, porque montar uma coisa dessas requer um investimento avultado e não conhecendo, obviamente, as contas da Expofacic e apesar de ser um sucesso não se sabe se compensa em termos financeiros, ou seja, se dá lucro ou não mas o senhor Presidente julga que não. É um tema que está a ser discutido com o núcleo empresarial que é o parceiro estratégico do município neste tipo de iniciativas e assim que houver novidades, evidentemente, que darão conhecimento delas. Em relação à questão abordada pelo senhor deputado Óscar Pascoal relativamente às paragens de autocarro o senhor Presidente referiu que provavelmente deu-se prioridade à instalação das novas e depois foi-se fazer a remoção das antigas. Em relação à sugestão dos ecopontos parece uma boa opção e o senhor Presidente vai sugerir à senhora Vereadora Dulcília Sereno para, pelo menos naqueles sítios mais problemáticos, para tomar essa iniciativa que parece ser muito boa. À questão levantada pelo senhor César Grave sobre a avaliação do impacto na vida dos vaguenses das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal o senhor Presidente referiu que quando o executivo apresenta alguns números concretos o CDS tem tendência a desvalorizá-los e quando apresenta uma análise um pouco mais além

do que a empírica, como por exemplo quando se prepara a época balnear e as atividades desenvolvidas a Câmara chama os comerciantes da praia da Vagueira e no decurso dessas conversas faz-se uma avaliação todos os anos, aquilo que vai chegando ao senhor Presidente é que as coisas, pelo menos é justo reconhecer e pelo número de pessoas que por lá passaram, têm corrido bem. O senhor Presidente referiu, ainda, que gostava de saber como é que se consegue fazer um estudo de avaliação do impacto das atividades todas que se desenvolveram na praia da Vagueira durante os meses de verão. Porque se a Autarquia for fazer um estudo e se esse estudo custar uns milhares de euros o senhor deputado César Grave vai dizer que estão a gastar muito dinheiro em estudos e para que é que servem estes estudos. O senhor presidente já sabe que o senhor César Grave não gosta muito do termo da política do “vota abaixo” mas devia mudar um bocadinho o discurso, porque esse discurso não tem credibilidade e, *“por isso senhor deputado aconselho-o a falar com as pessoas, as pessoas que são o centro da atenção da nossa atividade que é a atividade política e em vez de constantemente estar a criticar e a pôr abaixo, usando essa política do vota abaixo, faça essa tentativa. Olhe eu lembro-me de o seu colega do lado ter dito aqui, numa Assembleia Municipal, antes da obra estar concluída, que tínhamos estragado a vista da praia da Vagueira, que eramos os coveiros da praia da Vagueira. Lembro-me perfeitamente dessa intervenção do senhor deputado na Assembleia Municipal e, hoje, a obra que lá temos é das obras mais elogiadas dos últimos tempos no concelho de Vagos e transformou a praia da Vagueira na praia da moda. Só os senhores é que não querem ver isso mas também não me cabe a mim elucidar-vos mais do que aquilo que eu vos tento elucidar. Se não querem ver mais cego é aquele que não quer ver do que não vê de facto.”* Sobre a questão da ponte de Fareja existem ideias para fazer uma passagem para o lado nascente do rio Boco, fazendo a ligação ao lado poente da Quinta do Ega, e a ideia é manter a estrutura da ponte que já existe. Quanto à questão do passadiço, e ao facto de se encontrar danificado, ele já estava danificado aquando da receção da obra, e por isso é que a obra foi rececionada de forma condicionada pela POLIS, ficou para resolver esse problema. O senhor Presidente tem a indicação que será resolvido esse problema até ao final do ano, pela empresa Vibeiras, que é a empresa responsável. Relativamente à questão dos cães vadios o senhor Presidente referiu que, obviamente, a Câmara Municipal não tem prazer nenhum em abater os animais mas o Concelho tem um problema muito sério no que a este assunto diz respeito, ou seja, há cada vez mais pessoas a abandonarem cães na rua. Contudo, o senhor Presidente referiu que o abate só é feito em casos extremos, ou seja, se o animal apresentar um estado de debilidade ou doença já avançado e quando é feito é sempre dentro dos prazos legais. A Câmara Municipal tem promovido várias campanhas de adoção de animais do canil municipal mas a nota de preocupação do senhor Presidente tem a ver com facto desta nova ideia que existe no programa do Governo de progressivamente se abandonar o abate de animais nos canis municipais. Esta é uma das ideias que o partido socialista adotou de conversas que teve com o PAN, o novo partido da Assembleia da República, e é uma questão que preocupa porque não sabe qual é a solução a dar. A questão aqui é tanto mais complicada porque o Município de Vagos não tem canil, funciona em protocolo e em articulação com o canil de Ílhavo, o que tem é um ponto de recolha dos animais que depois são transferidos para Ílhavo. O senhor Presidente não consegue vislumbrar qual a solução para este problema porque a adoção é insuficiente para a quantidade de animais que se recolhe. Os animais que

se recolhem normalmente não têm chip e os que têm na maioria não são identificados, isto é, quando e colocado o chip num animal deve preencher-se um ficheiro que muitas das vezes não é preenchido pelas entidades que inserem o chip e depois quando o animal é abandonado não se consegue identificar o dono do animal. Esta é uma situação, de facto, complicada, a da gestão dos animais vadios, e obviamente que aqui a peça principal seria a de evitar o abandono mas, mesmo com todas as campanhas que têm sido feitas, não se tem verificado isso e cada vez existe mais animais errantes e mais abandono. O Município tem dado muita atenção a esta causa quer no trabalho que vai fazendo quer no apoio que tem dado à Gaticão, que também vai fazendo um esforço grande na adoção de animais, na vacinação, na esterilização e na colocação de chips mas não tem sido suficiente. Relativamente à transferência de competências há de facto um atraso no pagamento que se deve, sobretudo, ao facto da Câmara Municipal ter neste momento para receber cerca de um milhão de euros de fundos comunitários relativos a situações já pagas, nomeadamente, umas ligadas ao equipamento da biblioteca, pagos em junho. O Município está à espera de ser ressarcido do valor que pagou e dos três *overbookings* que estão aprovados e que estão devidamente contratualizados. Obviamente está-se à espera e condicionados à existência de fundos e esses fundos estão condicionados ao encerramento das candidaturas e, portanto, aguarda-se que pelo menos uma parte substancial desse valor seja transferido para que o Município possa honrar os compromissos, quer com as Juntas de Freguesia quer com as IPSS's, até ao final do ano. Se não estiverem resolvidos até final do ano no início do mês de janeiro com o empréstimo de curto prazo que está na ordem de trabalhos irão ser resolvidas essas duas questões. Relativamente às duas questões abordadas pelo senhor deputado Mário Castelhana apesar de não serem diretamente direcionadas ao Presidente da Câmara este não quis deixar de fazer um pequeno comentário no que respeita às eleições intercalares. Assim sendo, referiu que há um pequeno pormenor, na exposição feita pelo senhor deputado, que falha, ou seja, um pequeno pormenor que faz toda a diferença. A lei diz que é eleito Presidente de Junta o primeiro eleito da lista mais votada e isso inviabiliza logo todo o resto. O senhor Presidente não quis, contudo, comentar a exposição feita pelo senhor deputado apenas dizer que *“se eu tivesse tido o resultado eleitoral que o CDS teve também não queria eleições.”* -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Mesa passou para o período da ordem trabalhos. -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 26 DE SETEMBRO A 04 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor deputado César Grave pediu e usou da palavra para dizer que gostaria de ver neste documento, nomeadamente no ponto referente a programas municipais de desporto, atividade física e eventos, informação mais detalhada, concisa e precisa fazendo referência a valores gastos. Devem

constar dados mais esclarecedores, nomeadamente a quem são atribuídas essas verbas porque todas estas atividades e eventos terão com certeza gastos para o Município. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Victor Neto e quis de forma muito breve ressaltar algumas das informações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara neste documento, nomeadamente a adjudicação do Pontão das Malhadas esperando que seja tão breve como foi a reparação do Pontão do Ribeira do Salta de Fonte de Angeão para Santa Catarina. Este é um ponto crítico do Concelho e se a obra se estender para os meses de verão ainda mais problemático será. Entretanto, louvou o fim das obras da Biblioteca Municipal e espera que ela entre brevemente em funcionamento. Continuando, louvou o apoio logístico e material dado pelo Município às Associações, às Juntas de Freguesia e às diversas entidades. Ressalvou o apoio dado à organização de mais uma Gala do desporto Jornal da Bairrada, um evento que trás toda uma região ao Concelho de Vagos. O senhor deputado fez, ainda, referência às atividades realizadas no mês sénior que ocorreu em outubro. Ressalvou, ainda, a situação financeira do Município e a redução da dívida do Município que se encontra abaixo do limite de endividamento em cerca de um milhão de euros, o que nos dias que correm é, segundo o senhor deputado, bastante louvável. Referiu, ainda, uma das iniciativas que passaram por esta Assembleia Municipal as isenções de taxas a entidades como a Comissão de Apoio e Desenvolvimento Social de Santa Catarina que por todo o mérito que tem, mereceu esta benesse e a este Município que apoia as Associações nestes modelos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referindo-se à intervenção do senhor deputado César Grave esclareceu que muitas das ações que aqui aparecem estão incluídas no plano de atividade municipal, logo estão devidamente orçamentadas e posteriormente na prestação de contas aparecem, devidamente, referidas. As questões do apoio logístico por vezes referem-se a cedência de instalações, como por exemplo os testes da Associação de Futebol de Aveiro e as provas físicas da ANPC. Quanto às referências feitas pelo senhor deputado Victor Neto, nomeadamente a questão das isenções que aqui são quantificadas é sinal que a Câmara Municipal olha todas as situações da mesma maneira. As Associações que fazem este tipo de intervenções e que pedem as isenções são isentas e isto só vem provar que o apoio que é dado não é só o financeiro transferido, é também muitas das vezes este tipo de apoios ou outros. Por exemplo, agora, em conjunto com as Associações a Câmara Municipal está a desenvolver um plano para a aquisição de energia elétrica com as Juntas de Freguesia e as IPSS's e que se vai tentar levar a cabo em conjunto para que elas também consigam aproveitar as sinergias que foram criadas no modelo adotado na CIRA e possam ser beneficiadas com isso. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezanove horas e cinquenta minutos deu entrada na sala o senhor deputado Óscar Gaspar. -----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara e referiu que em relação à Biblioteca ela será inaugurada no dia dezanove às quinze horas e aproveitou para convidar todos a estarem presentes. O senhor Presidente agradeceu ao senhor deputado Óscar Gaspar a oferta de um conjunto de livros que irá constituir uma secção própria da Biblioteca Municipal dedicada ao teatro. A Câmara Municipal está muito grata pela gentileza, pela amabilidade e pela sugestão do senhor deputado, que foi acolhida por

este executivo com muito agrado, de forma a se poder alimentar a ideia que ele próprio criou. Quando assim é nada a apontar, pelo contrário só enaltecer estas atitudes. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº165/2014) – VAGOLEITE, LDA;** -----

----- Apresentou o ponto a senhora Vereadora Sara Caladé e referiu que este ponto e o seguinte vem na sequência daquilo que já foi aqui falado algumas vezes e de ter havido um regime extraordinário que termina dentro em breve para regularização de atividades económicas. Foram feitas algumas sessões de esclarecimento, para as quais os senhores deputados foram convidados a estarem presentes e a ajudar a identificar algumas situações que estariam irregulares e que se poderiam enquadrar neste regime. Entretanto, deram entrada dois pedidos sendo que este primeiro é da Vagoleite, que vem com a informação de que de facto se enquadrará neste regime extraordinário e com postos de trabalho a criar. O motivo pela qual estes dois pontos estão incluídos na ordem de trabalho é de facto para saber se a Assembleia Municipal reconhecerá, ou não, o interesse público municipal. Se assim for o processo continuará e terá de ser feita a seguir toda a tramitação para a legalização das instalações que existem e da ampliação que pretendem. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal e referiu que esteve nessa sessão de esclarecimentos e verificou que não esteve assim tanta gente. O senhor deputado perguntou, e uma vez que só duas empresas se manifestaram, o que é que irá acontecer aqueles que estão em situação irregular para depois deste período. Se continuam de uma forma irregular a Câmara não se pode sobrepor a quem está nessa situação e o que é que lhe irá acontecer. O senhor deputado acha que são, manifestamente, poucos a pedir a regularização. -----

----- Retomou a palavra a senhora vereadora Sara Caladé e referiu que a Câmara Municipal não se pode sobrepor ao interesse dos particulares e de eles virem, de facto, solicitar aquilo que é o interesse deles e, portanto o trabalho, foi feito no sentido de divulgar que haveria esta oportunidade de regularizar. Isto não tem a ver porque as situações que estão por legalizar, desde que cumpram planos ou servidões é fácil com o regime que agora existe. O que este regime tinha de interessante é o facto de se poder regularizar situações que estavam em desconformidade com planos e com servidões. A Câmara Municipal não vai conseguir regularizar estas situações de todo. -----

----- O senhor Óscar Pascoal voltou a usar da palavra e disse que concorda, perfeitamente, porque isto já tinha sido ventilado naquele dia com aquele esclarecimento só que se a Câmara está a tentar ajudar e as pessoas não vem ao encontro é um pouco difícil resolver os problemas, porque eles vão surgir e é isso que se tem de antecipar. O que é que será feito depois desse período se existir essas situações? Volta-se novamente à mesma situação? Perguntou. -----

----- O senhor Presidente usou da palavra e informou de que só entram neste regime excecional aqueles que estão a violar planos. Entretanto, houve dois a manifestar esse interesse e houve outros a procurar a Câmara Municipal no sentido de saber quais eram as alternativas. No âmbito da regularização já prevista no regime jurídico de urbanização e edificação é possível, caso não violem planos, alguns regularizarem a sua situação. Quanto àqueles que não cumpram nem uma nem outra, ou seja, que não venham cá vir pedir agora, e não cumpram o plano, a Câmara Municipal, no dia em que eles pretenderem legalizar, não consegue. Por isso é que este regime é extraordinário e por isso é que a Câmara Municipal alertou na Assembleia Municipal, foram feitas reuniões com as Juntas de Freguesia, fizeram-se reuniões com os técnicos externos, fizeram-se reuniões abertas à população e mais do que isto não foi possível fazer. Este processo é válido até dia dois de janeiro e se, eventualmente, aparecer mais algum pode-se colocar a questão de ter de se agendar uma Assembleia Municipal extraordinária para ir ao encontro dessa expectativa do requerente. Mais do que isto é difícil para a Câmara Municipal. -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé retomou a palavra para esclarecer que o regime só é aplicável a determinadas atividades, ou seja, as que estão enquadradas no anexo do SIR, Sistema de Indústria Responsável, a agropecuária e as pedreiras. A Câmara Municipal teve conhecimento de duas ou três situações que pretendiam regularizar só que as áreas das empresas não podiam ser enquadrados neste regime. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Pedro Neto e começou por louvar a iniciativa de ajudar as empresas. Contudo, falou de alguma preocupação que estes problemas revelam e que é anterior a isto tudo, ou seja, a organização do PDM. O planeamento do território é feito, mais ou menos, de forma deficiente e pouco planeada no seu todo. As pessoas têm iniciativa e têm que governar a sua vida mas depois não há aqui o sentido comunitário que tem que ser mais cuidado. No entanto, o senhor deputado quis questionar se não é possível, além de todas as iniciativas de sensibilização e de alerta às pessoas, fazer um levantamento, se é que já não está feito, contactando estas pessoas para que os prazos não terminem sem que haja conhecimento deste regime extraordinário e depois ter de lhes dar a resposta de que não há maneira de legalizar as coisas. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado José Martins e referiu que a questão que iria colocar já está praticamente respondida, e isto porque lhe fazia alguma confusão o facto de terem aparecido só duas empresas com capacidade, ou com possibilidade, de ser aprovado o interesse municipal. Contudo, é de louvar estas duas empresas porque são duas referências deste concelho e, mais uma vez, o município faz bastante bem tratar de coisas que já deveriam ter sido tratadas anteriormente. Numa próxima situação, nesta área ou noutras, de legalização seria importante que a informação chegasse mais próximo da população, porque o senhor deputado está convencido que há muitas pessoas a quem não lhes chegam esta informação. Era importante para todos os vaguenses que houvesse uma proximidade maior da informação. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado César Grave e disse que embora as suas questões já tivessem sido respondidas não quis deixar de se referir às iniciativas que a Autarquia tomou para tentar fazer chegar essa informação e que o senhor Presidente já fez questão de responder.

Entretanto, questionou se existe algum levantamento, realizado pela autarquia, dessas ilegalidades existentes no concelho de Vagos. -----

----- O senhor Presidente retomou a palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados e esclareceu que em relação às situações de ilegalidade é muito difícil fazer um levantamento porque algumas dessas empresas nem sequer têm processo na Câmara Municipal. Por isso é que se optou, desde a primeira hora, por envolver os técnicos e isto porquê? Porque os técnicos muitas das vezes têm conhecimento dos processos, por uma razão ou por outra, porque iniciaram o processo e verificaram que não se enquadrava no plano e pararam. Os senhores presidentes de Juntas foram também envolvidos neste processo porque a Câmara Municipal entendeu que melhor que ninguém eles conhecem a sua Freguesia e são quem melhor conhece o território. A própria Câmara Municipal contactou empresas que sabia que se encontravam em situação de ilegalidade e algumas delas já não estavam interessadas porque já nem sequer existem e outras porque o CAE não estava de acordo com aquilo que é o anexo. Entretanto, também foram envolvidos os senhores deputados, foi anunciado na comunicação social, para no fundo se envolver toda a estrutura, mas também há a noção de que essa informação nem sempre chega às pessoas. O senhor Presidente considera que não há pessoas mais indicadas do que aquelas que andam envolvidas no meio político para saber dessas situações por conhecimento direto ou indireto. O que se tentou foi envolver todas as pessoas para que a informação fosse a mais disseminada possível. A verdade é que já em tempos para regularizar uma situação de uma agropecuária foi feito o reconhecimento na altura até para a sua legalização. É evidente que quando fazemos a comparação com concelhos como a Murtosa que teve cerca de cinquenta legalizações todos no âmbito da agropecuária verifica-se que Vagos tem cada vez menos e as que existem estão devidamente legalizadas. Sinceramente, o senhor Presidente considera que foi feito tudo o que estava ao alcance da Câmara Municipal, foi feito esse alerta aqui em devida altura também para que os senhores deputados auxiliassem a Câmara Municipal neste processo difícil que é contactar com as pessoas que estão a desenvolver a sua atividade de forma ilegal e que tinham uma oportunidade única para legalizar a sua situação. O senhor Presidente tem alguma esperança que algumas delas através do regime de regularização do RJUE possam de facto ser regularizadas no futuro e que o próximo Governo possa abrir novamente a porta a estas iniciativas e quem sabe até a outras áreas económicas. -----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Mesa pediu à Câmara Municipal que fundamente, na proposta da Câmara Municipal, extraindo daí os fundamentos, o reconhecimento do interesse público municipal para esta deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO**

REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº 165/2014) – BATATAS EGBERTO & FILHOS, LDA; -----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Mesa fez à Câmara Municipal o mesmo pedido que já havia sido feito no ponto dois, ou seja, referir os fundamentos. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 05 de novembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- PONTO QUATRO: LCPA - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e disse que este é no fundo o mesmo procedimento que se fez durante o ano que passou e que é solicitar à Assembleia Municipal que nas condições da proposta aprove a autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais para o ano de dois mil e dezasseis. -----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 01 de outubro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- PONTO CINCO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO EM 2016 – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e esclareceu que relativamente a este ponto foi feita a consulta ao mercado. As entidades bancárias consultadas foram as mesmas do ano passado só que desta vez a proposta vencedora foi a da Caixa Geral de Depósitos, para a contração de empréstimo de curto prazo de quatrocentos mil euros até ao final do próximo ano, ou seja, terá de ser liquidado no ano em que for contraído com um *spread* 0,97%. Neste sentido o senhor Presidente solicitava à Assembleia Municipal que aprovasse a contração do empréstimo. -----

----- O senhor deputado César Grave pediu para usar da palavra e referiu que acha curioso que depois do senhor Presidente ter anunciado uma folga financeira em dois mil e dezasseis, ou como a antiga Ministra das Finanças apregoou ou cofres cheios, vem desta forma solicitar a esta Assembleia um empréstimo de curto prazo. Para o senhor deputado isto não faz sentido quando existe uma folga financeira anunciada pelo senhor Presidente. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e referiu que se percebeu das palavras do senhor Presidente da Câmara a questão do formalismo que solicita, como a lei prevê, a esta Assembleia Municipal que se aprove o empréstimo. O que não referiu foi exatamente para quê. Em relação aos formalismos o que está em causa é a contração de um empréstimo mas também é deste empréstimo em particular, ou seja, dos elementos que foram remetidos não se conseguiu perceber,

exatamente, qual foi a consulta feita ao mercado e quais os critérios que levaram à escolha da Caixa Geral de Depósitos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que percebeu isso quando estava a consultar a informação e verificou que foi enviada só a minuta, porque foi em dois momentos separados, mas o senhor Presidente informou de que segunda-feira será enviada a restante documentação, por *e-mail*, para que os senhores deputados tenham acesso a todo o processo que foi a reunião de Câmara e aprovado pelos senhores Vereadores. Na proposta inicial aparece a razão do empréstimo que é para apoio à tesouraria. Quanto ao senhor deputado César Grave esclareceu que apesar da folga financeira que referiu que a Câmara Municipal continua a ter pagamentos em atraso, ou seja dívida vencida a mais de noventa dias, porque senão não havia dívida a fornecedores. O que acontece é que este empréstimo é para fazer um apoio à tesouraria, porque esta dívida que está vencida pode dar origem a juros e os juros comerciais são muito mais caros que os juros que a Câmara Municipal está a contrair neste empréstimo. Por isso, faz-se este apoio à tesouraria que é pago no final do ano. A Câmara Municipal também, poderia ter feito o pedido de antecipação do FEF, que era o que anteriormente se costumava fazer, mas este executivo optou por esta metodologia que, como se pode verificar, sai ao Município relativamente barata para a utilização do dinheiro durante um ano. Este valor é fundamental porque agora quando chegar ao final do ano ter-se-á de pagar o empréstimo de curto prazo, do ano passado que são quatrocentos mil euros e não há, ainda, a tal margem financeira que irá haver. -----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seis da ordem de trabalhos, que foi presente à reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2015, para conhecimento: -----

----- **PONTO SEIS: LISTAGEM DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2015 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e referiu que no âmbito do ponto anterior este é para dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal das aquisições que foram feitas de acordo com a autorização dada no ano anterior. -----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da da Assembleia submeteu o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO SETE: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO E AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e esclareceu que este assunto bem novamente a esta Assembleia Municipal para se fazer autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais porque este é dos tais compromissos que não entra no âmbito da autorização genérica anterior, ou seja, ultrapassa os limites e, portanto, tem de ser sujeito a aprovação, uma vez que este contrato é para cinco anos. -----

----- A senhora deputada Liliana Barreira interveio para colocar uma questão. Assim sendo, referiu que foi aprovado em Assembleia Municipal de fevereiro de dois mil e quinze o procedimento completo para o Concurso Público Internacional para Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos onde se juntavam o programa de procedimento, cadernos de encargos, estimativa de encargos e minuta de contrato. Entretanto, relembrou que os Municípios agrupados são Albergaria-a-Velha, Vagos e Oliveira do Bairro e na altura o valor contratual anual era de trezentos e sete mil, cento e cinquenta euros, sendo demonstrado que iria ser melhorado o serviço reduzindo custos. O contrato apresentado com os mesmos intervenientes apresenta um valor de cento e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito euros que representa exatamente metade do valor estimado em fevereiro. Partindo do pressuposto que é cumprido tudo o que foi estipulado no concurso e aprovado pela Assembleia Municipal, e que nada se alterou, a que se deve tal redução? Perguntou a senhor deputada.-----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta redução que ocorreu deveu-se à lei da concorrência. De facto, e partilhando com todos os senhores deputados essa preocupação, a Câmara Municipal não estava à espera que o preço fosse tão baixo. Aliás, esta proposta aparece bem abaixo do conjunto das outras propostas, isto é, há um conjunto de propostas que ficam em segundo, terceiro e quarto que são todas elas muito semelhantes e existe uma diferença substancial para o primeiro classificado. Mas, evidentemente, que as regras que foram estabelecidos nesse concurso público internacional foi o preço mais baixo. O senhor presidente relembrou que isto é a contratação de um serviço, portanto irá haver uma empresa que irá presta serviço que até ao momento é prestado pela Câmara Municipal, e evidentemente que aos três intervenientes deste contrato se coloca a dúvida do preço. A empresa prestou as garantias que tem de prestar, a Câmara irá fazer uma fiscalização apertada do serviço prestado aos munícipes e se tudo correr, como se espera que corra, é um grande negócio para a Câmara Municipal de Vagos. -----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 17 (dezassete) votos a favor do grupo municipal do PSD, e 11 (onze) votos contra dos grupos municipais do CDS e do PS.. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----PONTO OITO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e relembrou que este assunto tem a ver com a compra de energia em agrupamento através de um concurso internacional que decorreu entre todos os municípios da CIRA, exceto Águeda. O Município de Vagos esteve envolvido neste processo, já foi feita a adjudicação, que irá ser assinada na próxima semana. Entretanto, constatou-se que houve uma poupança efetiva global de cerca de 13,2% e o Município de Vagos como tem uma

preponderância IP em BTN de baixa tensão normal conseguiu ter um bocadinho mais, há volta de 14% o que irá implicar uma poupança estimada de cerca de duzentos e cinquenta mil euros em dois anos. Em questão de CIRA o concurso foi de vinte e três milhões de euros, o que em termos de concurso global se pode falar numa quantia estimada em três milhões de euros. Neste caso, foi a EDP Comercial que ganhou o concurso. Este ponto vem agora na ordem de trabalhos porque a partir deste ano vai começar-se a passar as instalações para o mercado liberalizado e então já não vai haver, praticamente, despesa este ano e, entretanto, é necessária a autorização para a repartição da despesa para os próximos três anos, ou seja, 2015 (quase nada), 2016 e 2017, porque o contrato só foi feito por dois anos. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora deputada Madalena Pinto e referiu que vai falar em relação a este ponto só para constatar um facto, ou seja, o PSD não pode deixar de realçar mais um trabalho de tanta importância e envergadura onde o Município de Vagos, através do seu Vice-Presidente, liderou o processo com profissionalismo e dedicação como tem sido até agora. A redução dos custos com os serviços de eletricidade representam um importante contributo para a consolidação e redução de dívida do Município. Existem obras sem ser de betão e esta é uma de muitas que não se vêem mas que tão importante é para o Município de Vagos. *“Por isso, organizar e liderar um processo destes e economizar bem-haja.”* -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Pedro Neto para fazer algumas perguntas sobre algumas boas ideias e de alguns projetos de modo a perceber o ponto de situação dos mesmos. Houve, em tempos, um projeto sobre painéis fotovoltaicos nas faixas de proteção contra os incêndios na Zona Industrial de Vagos e o senhor deputado questionou sobre o ponto de situação, se é de facto uma boa ideia, se tem contras ou se, em certo ponto, este era um bom negócio, como foi dito aqui, seja ainda melhor. Seguidamente perguntou como está o plano de redução de despesas, mais especificamente, para a iluminação pública, ou seja, se está integralmente cumprido e saber, também, em que ponto está o estudo de instalação dos *leads* na iluminação pública, embora todos sabem que é um processo que é caro mas que depois tem ganhos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e informou de que a questão dos painéis fotovoltaicos na faixa de proteção infelizmente, por muito boa vontade que o Município e o investidor tivessem, há uma organização em Portugal que se chama Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que ainda tem uma visão um pouco retrograda sobre os Autarcas e que acha que *“somos todos uma cambada de bandidos”* e inviabilizou o projeto, apesar de muita insistência por parte da Câmara Municipal. Um outro projeto aprovado pelas entidades, nomeadamente a CCDR, e que teve de ser adiado foi o da plantação de pera abacate na faixa de proteção lateral da Zona industrial, que atendendo à tardia aprovação deixou passar a época da plantação. Entretanto, foram retomadas as negociações com o investidor e, neste momento, já existem as autorizações. Quanto ao plano de redução está a trabalhar-se, neste momento, na Freguesia de Calvão. Em relação à instalação de *leads* têm sido feitas algumas, nomeadamente aqui em Vagos, em parceria com a EDP e o Município de Vagos foi convidado por um grupo de trabalho da Associação Nacional de Municípios Portugueses que irá estudar essa parceria e o senhor Vice-Presidente está nessa comissão a representar a Região de Aveiro. A redução com a despesa em iluminação pública é significativa, importante, acrescida de um

valor que, como o contrato é deste ano, não reflete o aumento na tarifa do próximo ano. Portanto, a somar a estes 14% está mais cerca de 2% de aumento de tarifa e se houver a redução do IVA da iluminação pública, como prometeu o atual Governo, de 23% para 6%, que era o valor cobrado anteriormente, com certeza que no próximo ano irá haver boas notícias. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e referiu que em relação às considerações que fez o que tem a dizer é que o senhor Presidente não leu o memorando da *Troika* nem o programa do Partido Socialista. O que foi definido no memorando da *Troika* foi haver um aumento do IVA na eletricidade e no gás e nunca esteve previsto para 23%. Este foi um daqueles casos em que o Governo do PSD e do CDS, de forma injustificada, sem qualquer tipo de fundamento, sem sequer ter o pretexto da *Troika*, da taxa mínima passar para a taxa máxima. O que o Partido Socialista sempre reclamou é que neste caso se cumprissem as normas e obrigações internacionais e que era ir para a taxa intermédia. Por outro lado, não sabendo se o PSD vai propor ou não que seja aprovado este ponto por aclamação depois daquilo que foi dito, mas o senhor deputado quis saber porque é que Águeda não participou neste processo. Questionou, ainda: se o senhor Presidente da Câmara tem noção de qual é o custo médio da eletricidade em Águeda e qual é que é em Vagos; se houve algum estudo comparativo sobre porque é que em Águeda é possível mais eficiência energética do que em Vagos; se em Vagos há a contagem por contador a contador, luminária a luminária como existe em Águeda; se a Câmara Municipal de Vagos além dos 13% que pouco se está a pensar noutro tipo de propostas para aumentar a eficiência, nomeadamente a possibilidade de recorrer aos Contratos ESCO e permitir investimento sem ter a despesa inicial mas ter uma poupança sobre aquilo que é o diferencial da energia consumida atualmente e no futuro. Portanto, segundo o senhor deputado os passos que estão a ser dados e que vão no bom sentido infelizmente ficam aquém do que se pretende para o Município que é a redução da tarifa da iluminação pública. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e referiu que aquilo que aqui quis dizer foi a posição defendida pelos autarcas no Congresso realizado este ano pela ANMP. A ideia é que seja reduzido o valor do IVA da iluminação pública de 23 para 6%. Relativamente às questões que o senhor deputado colocou e ao facto de Águeda não ter participado no processo é uma questão que terá de ser colocada ao Presidente da Câmara de Águeda, porque este Município esteve até ao último momento no processo. Aliás, quando se trouxe a primeira vez este processo a esta Assembleia, e o senhor deputado Óscar ainda não estava cá e, portanto, não podia saber, foi precisamente com os onze municípios. Um dos técnicos que inclusive mais trabalhou em todo este processo foi precisamente o técnico indicado pela Câmara Municipal de Águeda que a par com os técnicos da Câmara Municipal de Vagos, e liderados pelo Eng.º Paulo Sousa, trataram do procedimento. Aquilo que Águeda fez ainda não é possível comparar, porque Águeda já tinha um procedimento anterior a todos os outros Municípios, mas optou por uma metodologia diferente onde o valor do kw não é feito à priori e sim à posteriori. A questão que o senhor deputado aqui colocou já foi feita ao senhor Presidente da Câmara de Águeda e ele ainda não deu qualquer resposta., ou melhor, respondeu que não podia fazer essa comparação. É evidente que todos os Presidentes de Câmara tiveram a curiosidade de saber qual era a poupança de Águeda em comparação com os restantes. -----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de outubro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----PONTO NOVE: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2016. -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e informou de que vai fazer um pequeno resumo do conteúdo do documento que se fez chegar aos membros da Assembleia Municipal. Este documento aparece desde logo condicionado, porque na altura que foi elaborado não havia, e não há ainda, orçamento de Estado. Portanto, alguns dos números utilizados aqui são números que derivam do orçamento de Estado para dois mil e quinze. Algumas regras, nomeadamente os cálculos feitos para as despesas com pessoal, decorrem da orientação que existia no passado e se houver alterações, depois, terão de ser feitos alguns ajustamentos no decorrer de dois mil e dezasseis. Mas, atendendo aos prazos que se tinha de cumprir o documento espelha integralmente aquilo que é a realidade ou pelo menos daquilo que foi o ano de dois mil e quinze. Na elaboração do documento, o executivo camarário optou mais uma vez pela metodologia da consulta e para tal consultou: a oposição, as várias divisões internas da Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Deste modo procurou obter de todas estas entidades aquilo que seria as suas participações e os seus contributos para este orçamento. Obviamente, cumpriu-se também toda a legislação em vigor, nomeadamente: o POCAL, o Regime Financeiro de Autarquias Locais, a Lei 73/2013, o Plano de Ajustamento Financeiro do Município, aprovado aquando do PAEL, os Regulamentos Municipais e todas as normas internas do Município. O primeiro objetivo deste orçamento, para além de procurar uma estratégia que deriva por um lado do programa eleitoral apresentado aos vaguenses em dois mil e treze e por outro lado do plano estratégico elaborado com a Universidade de Aveiro, apesar de ainda não haver as conclusões finais mas existem umas pré-conclusões, é o de procurar um plano de continuidade relativamente à política de consolidação das contas do Município. Este ano houve algumas novidades, nomeadamente acrescentaram-se as normas de execução orçamental que derivam da Lei nº73/2013, para espelhar aquilo que são as metodologias de trabalho adotadas aquando da execução do orçamento. Em termos de grandes números o total do orçamento deste ano é de dezassete milhões e meio de euros, muito em linha com aquilo que foi o montante de dois mil e quinze em que doze milhões e oitocentos mil euros são receita corrente. Conforme o resumo apresentado pode ver-se que foram aplicados cerca de dois milhões de euros de receitas correntes em investimentos, em despesas de capital, o que é um bom indicador de que se está a utilizar despesa corrente para a despesa de capital. Aliás, o inverso não é possível, ou seja, não é possível utilizar receitas de capital em despesas correntes mas é um sinal de que existe, aqui alguma folga em termos orçamentais que permite que seja utilizado no investimento. Em termos de grandes números as principais fonte de receita do Município são os impostos municipais com um valor de quatro milhões de euros, um valor que aparece já estabilizado e que no caso do IMI reflete já aquilo que são as medidas de

apoio extraordinário às famílias, deliberado na sessão ordinária de setembro. Entretanto, aparece também, com grande destaque, as transferências do Estado, à volta de seis milhões de euros que derivam basicamente de três fontes diferentes: o FEF, a participação no IRS e as transferências na área da educação, os fundos comunitários, que representam este ano cerca de três milhões e meio de euros. Estes três milhões e meio de euros dividem-se basicamente em duas componentes sendo uma delas, já aqui falada, de um montante elevado de cerca de um milhão de euros, que ainda estão por receber, e poder-se-á receber ainda alguma este ano mas parte dele receber-se-á só em dois mil e dezasseis e, obviamente, aqui já aparece refletido algumas das obras que o Município procurará candidatar ao próximo quadro comunitário de apoios. Em termos de Comunidade Intermunicipal, e o senhor Presidente procurará na próxima sessão ordinária incluir, naquilo que é a informação do Presidente à Assembleia Municipal, as informações relacionadas com a Comunidade Intermunicipal e o que se vai por lá fazendo, já há aprovado quer o PACTO, que reserva cerca de cinquenta milhões de euros para toda a Região de Aveiro, quer as duas DLBC's que afetam o Município de Vagos. Uma delas a DLBC Costeira, do antigo grupo de Ação Costeira, tem cerca de três milhões e meio de euros reservados, também, para estas obras ligadas às questões costeiras e a outra é a DLBC rural que é constituída pelos Municípios da área sul da Região de Aveiro, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia, Ilhavo e parte do concelho de Aveiro, que têm reservado também cerca de três milhões e quatrocentos mil euros. Esta DLBC, no fundo, é a entidade que vem substituir a Adelo, e quando se falava nas candidaturas à Adelo, que são candidaturas basicamente direcionadas para os privados, em que o Município faz parte nomeadamente da entidade gestora. Depois, em termos de receitas também é de referir as vendas de bens e serviços, cerca de um milhão e novecentos mil euros, onde estão incluídos cerca de oitocentos mil euros de receitas das rendas da EDP. Do lado da despesa procurou-se, conforme se tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos, diminuir aquelas rubricas *outros*, que são sempre umas rubricas que tem causado alguma confusão aos senhores deputados, de duas maneiras: primeiro procurou-se, onde era possível, diminuir o valor, em algumas rubricas onde era possível, partir por uma referência no orçamento; segundo, como se pode ver no orçamento da despesa existem duas colunas, uma onde aparece um montante não imputado ao plano e outra onde aparece um montante imputado ao plano. E o que é que isto quer dizer? Quer dizer que todos os valores que aparecem na rubrica imputável ao plano aparecem relacionados com o plano de atividade municipal, e embora possam aparecer em rubricas *outros* estão relacionados com uma atividade em concreto. Por exemplo, há um grande montante na rubrica *outros* que diz respeito às festas do Município, que se juntou com a semana cultural, e em que a contratação de artistas é feito por esta rubrica e, daí, aparecer um montante significativo nesta área. Do lado da despesa há, ainda a destacar: cerca de três milhões e meio de euros de despesas com pessoal; cinco milhões e duzentos mil euros de aquisição de bens e serviços, onde uma parte substancial aparece desde logo condicionada por encargos de instalações e no caso concreto podem falar-se das despesas com a EDP e com a AdRA, cerca de um milhão de euros; limpeza e higiene cerca de seiscentos mil euros que basicamente se referem à despesa com a ERSUC, com o tratamento dos resíduos sólidos urbanos; e a questão dos transportes, cerca de quatrocentos mil euros, que são basicamente os transportes escolares. Entretanto, este valor de cinco milhões de euros, com capital, dizem respeito, principalmente, às transferências para

as IPSS's para a promoção da sua atividade e o investimento, que já foi decidido há muitos anos, e que ainda não foi pago, está-se a fazer através deste plano de pagamentos que todos conhecem mas que é destinado a despesas de capital. Do lado do plano plurianual de investimento deve ser destacado, na sub-rubrica *administração geral*, a requalificação dos armazéns municipais, que irá ser feita no ano de 2016, uma peça fundamental para dar melhores condições de trabalho aos funcionários daquele setor. Estas melhorias têm vindo a ser feitas, nomeadamente, com o fornecimento de equipamento processo individual, a disponibilização de um médico, que faz o acompanhamento permanente dos nossos colaboradores, a questão da formação profissional, muito necessária. É importante dotar os serviços das ferramentas necessárias para o bom desempenho das suas funções. Há, aqui, uma componente que é bastante importante que é a preparação dos processos de candidatura à modernização administrativa, é uma área que tem particular destaque no pacto do desenvolvimento territorial da Região de Aveiro e que iremos fazer em conjunto com os Municípios da Comunidade Intermunicipal numa ação coletiva. No lado da ação social e educação vai continuar-se com o apoio à IPSS's que me parece fundamental para além dos planos de apoio social que existem têm-se vindo a reforçar esta ligação permanente às IPSS's e a forma como estas entidades estão dotadas dos mais diversos recursos parece fundamental para o apoio às populações mais carenciadas. As IPSS's foram o grande porto de abrigo do concelho, do país, nas circunstâncias económicas que o país atravessou e, portanto, é fundamental que se continue a dar, em Vagos, o devido destaque a esta rede de IPSS's e à Santa Casa da Misericórdia, que ainda recentemente viu destacado o seu provedor eleito para ao órgãos nacionais da União das Misericórdias reconhecendo o mérito que esta instituição tem tido no concelho e na Região de Aveiro. Do lado da educação aquilo que parece mais importante nesta fase é proceder à revisão da Carta Educativa e nesse sentido já foram encetados algumas conversas com a Universidade de Aveiro, até no âmbito deste estudo do plano estratégico, atendendo às circunstâncias dos financiamentos desta área serem bastante reduzidos. É importante, também, que se reveja a Carta Educativa do concelho de Vagos no sentido de dar às crianças do concelho as mesmas oportunidades de aprendizagem, sendo certo que não haverá, como houve no passado, tantas disponibilidades financeiras para fazer face aos investimentos que seriam necessários de acordo com a atual Carta Educativa. No plano corrente o Município continua, muitas vezes, a fazer-se substituir ao Estado e Administração Central, e aqui o senhor Presidente deixou uma crítica à forma como o anterior Governo tratou a questão da educação desinvestindo muitas vezes nesta área e fazendo com que os Municípios tivessem de se substituir, nomeadamente na contratação de pessoal não docente e das auxiliares de ação educativa em que o Município, ainda hoje, se substitui ao Estado em muitas escolas do ensino do 1º ciclo, porque não há transferência de competências no 1ºCiclo. Neste momento, o Município tem muitas auxiliares contratadas através de uma empresa de trabalho temporário, para além de dez contratos de emprego de inserção. Contudo, entendeu o executivo que esta é uma medida fundamental para que não se perca a qualidade de ensino e as auxiliares são um elemento fundamental na boa aprendizagem, principalmente nas escolas onde estão inscritas crianças com necessidades especiais e onde o Município se tem substituído ao Estado nessa preocupação social de dar cobertura a estes casos complicados. Para além disso existe, ainda, um plano ambicioso, nomeadamente: visitas de estudo; apoio social aos alunos carenciados; iniciaram-se alguns

programas interessantes durante este ano letivo em conjunto com o agrupamento, tais como a natação para os alunos do 3ºano do 1ºCiclo. Os projetos que estão, neste momento, em funcionamento, nomeadamente o Centro de Ciência e Cultura (C3) da Parada de Cima, que já está em funcionamento desde o ano passado, recebem este ano os alunos do 1º ao 3º ano. Os alunos do 4º ano integram um outro projeto em conjunto com a Rede de Bibliotecas e que se chama o Newton também saber ler. Estes são projetos que no fundo pretendem fazer a iniciação de alunos às questões ligadas à ciência. O C3 é um projeto muito interessante que é feito em parceria com a Fabrica da Ciência Viva da Universidade de Aveiro e procura dar uma primeira introdução aos alunos às ciências naturais. É um projeto que começou no ano passado e foi nomeado para um prémio, pela Fundação Ilídio Pinho. Não chegou a ganhar mas teve essa nomeação e isso já foi um grande orgulho para o Município. A nível do planeamento, uma área fundamental, nomeadamente na preparação do próximo quadro comunitário de apoios e espera-se que 2016 seja, de facto, o ano em que se terá pleno funcionamento do quadro comunitário de apoios. Tudo o que tem saído até agora tem sido muito incipiente, têm sido feitas algumas candidaturas, obviamente, e estão muitas em fase de preparação, a fundos que nem são relacionados com os PO's, programas operacionais nacionais, e está-se a falar de candidaturas com um *interreg*, mas em termos de candidaturas há muito pouca coisa e o Município está a preparar algumas. Os avisos de abertura que têm havido são muito poucos nomeadamente numa área fundamental como é o Programa Operacional da Competitividade e Inovação e parece que ainda está sem gestor, daí, também, estar atrasado por causa disso. Continuando, nesta área do planeamento já se delimitou a área de reabilitação urbana, está-se a desenvolver, neste momento, a operacionalização dessa regeneração urbana e a fazer as fichas de obra de intervenção que se pretende fazer. Tanto quanto é do conhecimento do Município no início do primeiro trimestre de dois mil e dezasseis irão abrir os primeiros avisos de abertura para esta área de regeneração urbana, muito embora com os processos de encerramento das candidaturas que ainda andam a decorrer do antigo QREN, que já deviam estar todas encerradas mas ainda não estão, serão encerradas há partida até ao final do ano, não é de acreditar que isso venha a acontecer. Ao nível do planeamento ainda há a destacar os planos de pormenor que se pretende fazer para o ano e que fazem elevar bastante o valor da rubrica os *outros trabalhos especializados*, porque existem alguns planos que tem mesmo de se fazer, já estão alguns à espera para serem feitos há algum tempo, para se resolverem alguns problemas. Entre estes projetos estão: o PU da Boa Hora; o plano de urbanização do Parque Empresarial de Soza, que é absolutamente fundamental para o desenvolvimento daquele local; o plano de urbanização das Paredes da Torre, que também é importante no sentido de promover alguma intervenção turística nesta zona; e dois planos de pormenor, sendo que um tem de ser revisto, o da Corredoura, e o plano de pormenor nas Azenhas do Boco, que já estão em execução, também fundamental para aproveitamento turístico daquela área. Para além disso, o ano de dois mil e dezasseis será um ano para a elaboração de vários projetos. A elaboração dos projetos é absolutamente fundamental para a preparação das candidaturas que o Município quer e anseia fazer. Na área do turismo é de destacar as questões inscritas no plano plurianual de investimentos, nomeadamente: as questões das requalificações ambientais, como por exemplo a Lagoa do Moitão, em Covão do Lobo, o Barreiro de Calvão, o Vale do Boco, associado ao

Plano de Pormenor das Azenhas do Boco; a requalificação da praia da Vagueira, e aqui existe uma pequena intervenção para o ano, e abriram-se algumas rubricas a pensar também no Grupo de Ação Costeira porque pode haver algum financiamento nas intervenções que se pretende, para finalizar a zona da Arte Xávega e do Posto de Vendagem que são os arranjos exteriores; as ecopistas, e como se têm apercebido tem havido uma preocupação em algumas intervenções em sítios estratégicos para deixar já essa ligação, essa pista ciclável, para depois não se terem de andar a fazer intervenções no futuro. Dá a impressão que às vezes estas intervenções ficam um pouco desenquadradas mas existe uma intenção, de acordo com aquilo que é o Plano Municipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro. Neste sentido existem algumas vias essenciais assinaladas e a intenção é levar a cabo esta velha ânsia do Município. Ainda na área do turismo está, ainda, projetado o Centro Municipal de BTT e Desportos Náuticos que será um *upgrade* à quinta do Ega para promover a sua utilização e, neste momento, está-se na fase de projeto para esta intervenção. Esta obra também será daquelas que o Município também terá alguma esperança de ver financiada. Em relação às atividades, sem serem propriamente obras, nesta área do turismo há a destacar: as Festas do Município, que foram integradas no ano passado na Semana Cultural que para além de terem corrido muito bem permitiu uma poupança significativa em termos financeiros; todo o processo de animação de verão da praia da Vagueira, que o Município quer que continue a trazer dinâmica à praia. Por fim, o desenvolvimento económico, que na consulta pública feita no âmbito do plano estratégico foi considerada a área mais importante, e a grande aposta para dois mil e dezasseis prende-se sobretudo com o Parque Empresarial de Soza e com a Zona Industrial de Vagos. Nesta área há aqui duas intervenções que são, absolutamente, essenciais a participação dos fundos comunitários, porque são intervenções com elevado peso económico. Uma delas trata-se da via para competitividade que será a estrada que irá fazer a ligação ao nó da A17 de Santo André à Zona Industrial de Vagos, Zona Industrial da Mota e A25, ou seja, fazendo uma circular a estas duas zonas industriais. Esta foi uma das seis prioridades destacadas na Região de Aveiro como essenciais no plano da competitividade. A outra intervenção trata-se da requalificação da Zona Industrial, que apesar de ser uma obra de menor expressão financeira mas de elevada expressão para todos aqueles que hoje se encontram a investir na Zona Industrial de Vagos. Entretanto, existe ainda como essencial a infraestruturização da parcela B do Parque Empresarial de Soza que será fundamental para que se continuem a instalar empresas naquela zona. Continua-se a ter procura, as empresas continuam a procurar Vagos para investir, às vezes com sucesso e outras sem sucesso, e em breve virão boas notícias e quando estas se concretizarem o senhor presidente dará conhecimento a esta Assembleia. Esta será uma estratégia fundamental para a captação de investimento e para a criação de riqueza, muito embora os dados científicos que muitas vezes o CDS pede, e aos quais às vezes dá pouca importância, o concelho de Vagos já tem de acordo com o plano estratégico o levantamento que foi feito pela Universidade de Aveiro e com os dados que são públicos, ou seja, o Instituto de Emprego e Formação Profissional tem das mais baixas taxas de desemprego a rondar os 7%. Apesar da posição que normalmente é assumida pelo CDS este dado é revelador, e revela também a preocupação que se começa a ter, até pelo diálogo que se vai estabelecendo com os empresários que é em alguns setores e em algumas áreas de atividade das empresas começam a escassear os recursos humanos. Os recursos

humanos com a formação necessária são outra preocupação. Têm sido feitas algumas tentativas e algumas que até parecem pioneiras no país, nomeadamente uma em que uma empresa do Parque Empresarial de Soza e o Agrupamento de Escolas, por iniciativa da Câmara Municipal, chegaram a um entendimento no sentido de os professores da escola darem formação de inglês aos funcionários dessa empresa e os quadros técnicos e especializados dessa empresa darem formação aos formadores do Agrupamento de Escolas na área da manutenção industrial e logística. A logística é uma das tais áreas onde há falta de pessoal. Por fim, uma questão que em geral preocupa muito os membros da Assembleia Municipal, e também o senhor Presidente e todo o executivo da Câmara Municipal, que são os alcatroamentos. A Câmara Municipal tem dedicado em dois mil e dezasseis um valor substancial aos alcatroamentos que irão ser iniciados, espera-se, ainda este ano, pelo menos aquele valor que aparece na rubrica para dois mil e quinze que se refere ao procedimento que consta da informação prestada no ponto um da ordem de trabalhos. Para 2016 está inscrito um valor, também ele substancial, que se espera executar maior parte destas intervenções nomeadamente: o Pontão das Malhadas; a rua João Mendes Correia Pai, rua dos Cardais. Entretanto, existem mais cerca de um milhão de euros para diversas intervenções e beneficiações de arruamentos, nomeadamente quinhentos mil euros que são para na rubrica genérica, ao abrigo da qual o município faz o concurso público. Em dois mil e dezasseis é intenção do executivo municipal, apesar de não aparecer aqui espelhado mas por uma razão concreta, e uma das prioridades é a estrada Rines/Sanchequias. Esta obra não aparece aqui espelhada por uma razão, isto é, como se sabe não se pode contabilizar do lado da receita empréstimos bancários que se possam vir propor a esta Assembleia para aprovar. Portanto, na altura, atendendo à margem financeira que o senhor Presidente tem falado, poder-se-á apresentar a este órgão o pedido de empréstimo para a realização deste objetivo. Este é um objetivo quer da Câmara Municipal quer desta Assembleia quer dos Municípios que todos os dias por lá passam, e são vários porque esta é uma das estradas municipais com maior utilização e por isso a Autarquia irá fazer esse esforço em dois mil e dezasseis para poder fazer essa intervenção. -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor deputado Óscar Gaspar e antes de entrar na discussão do ponto quis colocar uma dúvida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que lhe ocorreu quando ouviu o senhor Presidente da Câmara a referir a Lei 73/2013 e quis saber qual era o artigo 45º que está em vigor, se tiver presente. Porque, o que o senhor deputado vê diz o seguinte *artigo 45º - sem prejuízo do disposto no número seguinte o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo até trinta e um de outubro de cada ano a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte.* Assim sendo, o senhor deputado perguntou se o senhor Presidente tem conhecimento se este artigo está em vigor ou não. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e respondeu que julga que sim. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar retomou a palavra e referiu que sendo assim há um incumprimento do órgão executivo ao órgão deliberativo. -----

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que não porque a proposta de orçamento foi aprovada em sede de Câmara Municipal no dia trinta de outubro e a partir desse momento foi remetido à

Assembleia Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal agendará, de acordo com a lei, na sessão de novembro ou dezembro a apreciação e aprovação do documento. -----

----- Continuando, a intervenção o senhor deputado Óscar Gaspar referiu-se, agora, à análise do documento e começou por dizer que a primeira vez que foi eleito para esta Assembleia Municipal foi há vinte e cinco anos, e teve o gosto de partilhar a bancada com a Dr.^a Ana Maria Vasconcelos, e nessa altura levava bastante a sério estes documentos e, portanto, fazia uma análise criteriosa, tentava perceber o que é que estava por trás dos números e dos documentos de enquadramento. Mas, rapidamente percebeu que estes documentos não são para levar a sério, nunca foram para levar a sério em Vagos. Os documentos de prestação de contas o senhor deputado admite que estejam corretos, que sejam tecnicamente adequados para caracterizar a atividade económica e financeira do Município. Os orçamentos e os planos de atividade servem para cumprir um preceito legal, para fazer alguma propaganda político-eleitoral mas não servem para coisa alguma, porque a verdade é que os Presidentes de Câmara, que por aqui têm passado, fazem de conta que o orçamento não existe. Quando vêm aqui à Assembleia Municipal apresentar o orçamento não é com a intenção de o cumprir, porque senão não apresentavam os números que têm vindo a apresentar. Aliás, é um pouco curioso está, neste momento uma cópia em Portugal da *Magna Carta*, que para além de ser o primeiro documento em que o Rei fica ao nível dos cidadãos, é o documento que à partida introduz os dois grandes princípios orçamentais: só se podem recolher os impostos que sejam aprovados e que os cidadãos considerem adequados; o Rei só pode fazer a despesa que está prevista. O problema é que neste tipo de documentos esta restrição, que é aquilo que é um travão orçamental, não existe pela simples razão de os senhores Presidentes de Câmara e os senhores Vereadores das sucessivas oposições colocam a despesa a um nível tal que não é atingível, e que sabem que não é atingível, e que não é para atingir. Ainda agora se assistiu, aqui, a um exercício do senhor Presidente da Câmara a justificar porque é que dentro destas dezenas de páginas com as supostas atividades que são para fazer não coloca a ligação entre Rines e Sanchequias. Como se o senhor Presidente da Câmara não pudesse colocar aqui esta obra como faz sistematicamente com outro tipo de obras. O que pode ter acontecido é que eventualmente esqueceu-se ou politicamente é mais importante colocar porque lhe iriam cobrar e, portanto, diz que não há orçamento como se as outras que estão referidas o tivessem. O outro facto que leva o senhor deputado a pensar que isto não são documentos sérios é que a análise dos documentos que a câmara de facto é boa a prever e orçamentar dois mil e dezassete e dois mil e dezasseis. Nesse caso há aqui um pacote de investimento digno de relevo, agora, em relação a dois mil e dezasseis que era o suposto vir a esta Assembleia existem muitas dúvidas. De facto, o senhor Presidente de Câmara pode dizer que isto não começou no seu mandato, e de facto não começou, mas tem continuado. O senhor deputado enumerou alguns exemplos: requalificação do Palácio de Valdemouro, mil euros em dois mil e dezasseis e dois milhões seiscentos e noventa e nove mil euros nos dois anos seguintes; construção para a requalificação do edifício administrativo da Câmara, mil euros em dois mil e dezasseis e trezentos e noventa e nove mil euros nos anos seguintes; regeneração da vila de Vagos, mil euros em dois mil e dezasseis e novecentos e noventa e nove mil euros no ano seguinte; ecocentro, mil euros em dois mil e dezasseis e duzentos e noventa e nove mil euros nos anos seguintes; centro cultural de Vagos

mil euros em dois mil e dezasseis e dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil euros nos dois anos seguintes; requalificação do gimnodesportivo, mil euros em dois mil e dezasseis e quatrocentos e noventa e nove mil nos anos seguintes; construção na Zona Industrial de Vagos, mil euros em dois mil e dezasseis e quatrocentos e noventa e nove mil nos anos seguintes. O senhor deputado referiu que esta parece a “*Câmara dos mil euros*” e estas verbas não são reais, como todos sabem, e sim, apenas, para estarem aqui a constar como verba. Mas, o documento é o que é e é este que tem de ser analisado e denotou três questões. Uma é que a função financeira, entre amortizações e juros, já ultrapassa um milhão e oitocentos mil euros, o que de facto dá a boa conta da fragilidade financeira da Câmara nos últimos anos, e aqui não tem a ver e só com o Presidente da Câmara. Em segundo, o senhor Presidente disse que também estava muito preocupado com os alcatroamentos e comparando os números que vêm aqui no documento, e pode parecer demagogia, e o que vem aqui são: reparação de pavimentos, quinhentos mil euros; investimento na educação, noventa mil euros. Esta informação dá boa nota daquilo que é as prioridades que a Câmara que o senhor Presidente dirige tem. Um dos defeitos, também, deste tipo de documentos é que há verbas que não se consegue perceber qual é o grau de exequibilidade que podem ter, por exemplo, nas receitas de capital verbas de FEDER de três milhões quatrocentos e vinte e seis mil euros e não se tem nenhuma ideia de quais são os projetos e qual a probabilidade de os ter. Entretanto, o senhor deputado corrobora o que o senhor Presidente disse em relação ao apoio às IPSS’s e à Misericórdia de Vagos e perguntou se há algum modelo de contratualização com estas instituições e como é que vai ser feita. Perguntou, também, a que é que correspondem oitocentos mil euros de *outros* em receitas de transferências correntes do Estado que não estão identificadas, assim como mais oitocentos mil euros de outras em receitas de rendas, que se supõe não serem de habitação, e duzentos mil euros de receitas de vendas de serviços desportivos que se supõe que sejam aluguer de pavilhão e piscina. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Victor Neto e começou por fazer referência à segunda parte da intervenção do senhor deputado Óscar e disse que até concorda que se podia ir muito mais além mas, infelizmente, não se consegue gerar receitas para tal. Este orçamento é um orçamento com os pés assentes na terra, muito ligado àquilo que foram as propostas vencedoras do PSD, e isso dever ser enaltecido. Há, aqui, uma série de tomadas de posição e de diretrizes estratégicas que são aquilo onde se deve investir o dinheiro, o escasso dinheiro, que se tem ao dispor. Portanto, é de exaltar este orçamento porque é um orçamento realista e de alguma forma ambicioso e que se ajusta a realidade da situação económica do país. Mas, mesmo com as incertezas nunca deixa de ter em conta as oportunidades que possam surgir e daí ter de se apostar em atrair mais dinheiro através dos apoios comunitários assim como outros financiamentos de outros campos. É de enaltecer, também, o facto de pela primeira vez, e com toda a transparência que tem pautado o trabalho do executivo do PSD, ser apresentado neste documento as normas de execução orçamental que é uma ferramenta importante para melhor se compreender. O senhor deputado lembrou, ainda, que esta previsão financeira é sempre feita tendo em conta a não sobrecarga fiscal sobre os municípios e não esquecer que recebe nele aquilo que já aqui se aprovou, como a baixa da taxa de IMI para as famílias com filhos, redução da comparticipação do IRS assim como alguns benefícios fiscais para diplomas específicos. Depois,

apresenta algumas orientações estratégicas importantes de enaltecer: na educação, a revisão da Carta Educativa de modo a apostar na qualidade e excelência do ensino feito nas escolas de Vagos, porque é através desta excelência que os futuros cidadãos serão melhores cidadãos e também é assim que se consegue atrair para esta região novas gentes; o continuado apoio, aqui previsto, para as instituições de ação social, as IPSS's e a Misericórdia; a continuação na aposta do apoio às associações culturais e desportivas. O senhor deputado frisou, ainda, a Biblioteca Municipal que irá ter o seu arranque este mês e o seu primeiro ano de atividade e que devido a este orçamento será, muito provavelmente, de sucesso. Entretanto, salientou e enalteceu pela primeira vez o começar a preparação de um orçamento participativo para dois mil e dezassete, porque é importante chamar os cidadãos aos debates político e ao debate estratégico do concelho de Vagos. O senhor deputado fez, ainda, referência ao espaço do município, Loja do Cidadão, e ao turismo, vetor económico deste concelho e de grande importância os eventos como: programa de verão; festas do Município, que integram a semana cultural; o continuar da requalificação da praia da Vagueira, nomeadamente o Museu de Arte Xávega; toda a requalificação da rede viária das estradas do concelho e a ligação da A17 à Zona Industrial de Vagos e a A25. -----

----- O senhor deputado César Grave usou da palavra e referiu que este plano e este orçamento é muito pobre para Município, não há obra, apenas estudos e mais estudos. Ao que parece vão existir, apenas, algumas obras para dois mil e dezassete. Na opinião do senhor deputado não se deveriam andar mais dez ou vinte anos a falar de obras que não se fazem, como por exemplo: a ligação da ZIV à A25 e à A17; a circular externa da vila de Vagos; a pavimentação das ruas do concelho, que a todos afeta no dia-a-dia. A vila de Vagos está em estado de abandono e o senhor deputado quer saber para quando um orçamento com obra e com o investimento do Município. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia para referir a importância do orçamento participativo salientando a oportunidade dada aos municípios de, em dois mil e dezassete, poderem participar na consulta pública em questões orçamentais e a possibilidade de poderem apresentar propostas e opinar sobre um documento de tanto relevo para o Município como é o orçamento municipal. A senhora deputada referiu, ainda, que a abordagem mais fundamentada e bem trabalhada ficou a cargo dos colegas de bancada mas não quis deixar de lamentar o facto do orçamento municipal não ter sido levado ao Conselho Municipal da Juventude sendo este um órgão consultivo e com toda a legitimidade que possui. Terminou, citando uma afirmação de Maria de Belém *“ter cargos só por ter, pelo título, ou tê-los para fazer alguma coisa de jeito com eles.”* Neste caso, e tendo em conta o exemplo, *“ter um órgão só por ter ou para fazer alguma coisa de jeito com ele?”* -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Pedro Neto para tecer algumas notas ao orçamento, mais concretamente referindo-se ao plano de atividades e de metodologia política e social que este documento traduz e não tanto à parte financeira. Na parte do turismo foi aqui falado em algumas obras, como por exemplo as ecopistas, entre outras atividades, e o senhor deputado é de opinião que quando se fala do desenvolvimento do turismo não se pode falar só de construir infraestruturas para que esse turismo possa existir. É preciso comunicar, divulgar e promover as atividades, porque se assim não for está-se a aumentar a qualidade de vida dos cidadãos do Município que podem fazer turismo e usufruir de espaços de qualidade no concelho mas, depois, a parte

económica em que o turismo pode ser uma mais-valia de importação de capital, através do consumo de turistas que venham de fora, não obtém os resultados desejados. Tem de se comunicar mais e promover mais o concelho fora do concelho. Ainda nesta área do turismo e fazendo a ligação ao património histórico e arqueológico que o concelho de Vagos tem, mas que mandato após mandato tem sido sempre adiado, o senhor Presidente não disse uma palavra sobre o assunto e o orçamento também nada refere relativamente ao assunto. É pena, porque Vagos tem muito potencial nessa área e não o capitaliza para nada, nem para a política cultural nem para o turismo. Em relação ao desenvolvimento económico, e quando o senhor Presidente falou desse ponto, a única coisa a que foi feita referência foi às Zonas Industriais. O senhor deputado lamenta que sempre que se fale em desenvolvimento económico o primeiro e quase único ponto, com que se fala dele, sejam as Zonas Industriais e as fábricas e o emprego que elas criam, e muito bem, mas é preciso ir mais longe. O senhor deputado deixa, aqui, essa exortação, ou seja, desenvolvimento económico tem que ser mais e não se pode resumir a fábricas e a empregos de operários, tem de ser isso e muito mais. Entretanto, louvou e com esperança que de facto essa ligação rodoviária às Zonas Industriais e a falada via de circulação ao concelho possa vir a existir tão breve quanto possível, porque vai resolver bastantes problemas de trânsito e de mobilidade. -----

----- Quando eram cerca das vinte e uma horas e vinte e dois minutos retiraram-se da sessão os senhores deputados Mário Castelhana e Manuel Manangão. -----

----- O senhor presidente da Câmara retomou a palavra para esclarecer as questões colocadas pelos senhores deputados. Assim sendo, começou por esclarecer que o orçamento foi elaborado antes de trinta e um de outubro, conforme dita a Lei, e enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, embora haja, depois, um desfasamento com a Lei que diz que a sessão da Assembleia Municipal é em novembro ou dezembro e ainda com uma outra Lei que diz que deve ser em novembro. Relativamente aos princípios da *Magna Carta*, que referiu o senhor deputado Óscar Gaspar, e que são absolutamente corretos, o senhor Presidente gostaria que lhe referisse um qualquer *item* de receitas que entenda que esteja sobreavaliada. Como se sabe, e de acordo com o POCAL, a generalidade das rubricas da receita são calculadas de acordo com a média dos últimos dois anos. O senhor Presidente já respondeu à questão dos fundos comunitários, ou seja, já explicou uma parte e obviamente que a outra parte aparece condicionada no plano plurianual de investimentos ao valor do financiamento que está previsto nesse mesmo documento. Na fonte de financiamento aparecem todas as obras que têm ligação a fundos comunitários devidamente referenciadas. Em relação à questão dos alcatroamentos serem mais importante do que a educação o senhor Presidente não percebeu onde é que o senhor deputado foi buscar os números. Na página quarenta e dois das grandes opções do plano a área da educação tem previstos quatrocentos e trinta e três mil euros e nas funções sociais tem previstos cerca de dois milhões cento e vinte e sete mil euros. Relativamente às questões das IPSS's e à possível contratualização fez referência aos acordos de pagamento que o Município tem com as IPSS's de compromissos assumidos já em dois mil e oito. É, ainda a esses que o senhor Presidente se refere porque ainda não houve oportunidade, atendendo à forma responsável como este executivo tem gerido o Município, de colocar em cima da mesa mais apoios sem se terem pago os que já estão em dívida desde dois mil e oito. Sobre

a questão das transferências correntes de oitocentos mil euros, na rubrica *outros*, são referentes à educação. O senhor Presidente admite que no lado das receitas não foi dada tanta atenção à rubrica *outros* como se deu no lado da despesa e essa podia ser uma rubrica que podia estar subdividida precisamente com um subponto educação. Esses oitocentos mil euros são de facto da educação. A questão das rendas é outro dos pontos que pode ser melhorado que são as rendas da EDP, da infraestrutura no concelho. Os serviços desportivos fazem referência à piscina. Entretanto, esclareceu que a beneficiação da estrada municipal 598, Rines/Sanchequias, está no plano plurianual de investimentos com os tais mil euros que o senhor deputado fez referência. Relativamente à intervenção do senhor deputado Victor Neto e ao facto de considerar este documento realista e ambicioso o senhor Presidente reforçou que é realista, porque espelha bem o cuidado que tem havido na colocação de receita sem ser sobreavaliada. O executivo foi acusado de ser pouco ambicioso no orçamento no ano passado, porque a oposição dizia que o orçamento era curto e que devia ser muito maior. De seguida virá aqui um ponto que é a revisão do orçamento, uma revisão em baixa, porque, mesmo assim, no ano passado o executivo foi muito ambicioso. Como referiu o senhor deputado Victor Neto só há uma forma de aumentar a receita que é onerar os munícipes, não há outra. A Câmara Municipal, com autorização desta Assembleia, colocou em hasta pública os lotes do plano de pormenor da Gafanha da Boa Hora e não conseguiu efetuar a venda. A questão do desenvolvimento económico é importante e entronca, aqui, porque faz aumentar as receitas. O Município recebe um valor muito residual de DERRAMA e, exemplificando, se o Município recebesse o valor das isenções que se concederam, e bem, para que os investimentos que aqui se instalaram pudessem beneficiar deles, ter-se-ia mais receita de DERRAMA, e está-se a falar de duas ou três empresas, do que toda a receita de DERRAMA de todas as outras empresas. Agora, é importante atrair essas empresas porque elas mais dia menos dia passarão a pagar impostos e será uma fonte de receita adicional para o Município. Fora isto só aumentando os impostos. Ninguém obriga o Município a ter o IMI a 0,3%. O Município pode aumentar rapidamente o valor das receitas se houver um aumento do IMI para 0,5%. Se esta Assembleia Municipal decidir aumentar o IMI para 0,5%, aumenta-se e pagam todos e assim a Autarquia já fica com mais dinheiro para fazer obras. O senhor Presidente referiu-se, entretanto, à intervenção do senhor deputado César Grave e ao facto do CDS dizer, aqui, que não vê obras feitas, que o executivo não faz obra, que não há empresas a investir no concelho, ou seja, não há nada no concelho de Vagos. Para o CDS só o que se passa ao lado é que é bom e Vagos não tem nada. Perante tais afirmações o senhor Presidente referiu que quando o CDS foi Governo neste Concelho, entre mil novecentos e noventa e quatro e dois mil e um, recebeu de fundos comunitários dois milhões e oitocentos mil de euros, no total dos dois mandatos, e o atual executivo só no ano de dois mil e treze foi buscar três milhões e quinhentos mil euros de fundos comunitários. A ambição do CDS e a obra apareceu nesta altura, mesmo não havendo dinheiro nenhum de fundos comunitários. Mas, também, não há problema nenhum, porque quando a obra aparece e a fonte de financiamento são fundos comunitários o CDS refere que a obra não é da Câmara Municipal. é muito difícil entender este CDS, concluiu o senhor Presidente. Por outro lado, os partidos que participaram na elaboração deste documento, que foram convidados e que deram as suas opiniões e fizeram, e bem, esse conjunto de contributos alguns foram acolhidos, e quando existe essa concertação positiva, é,

obviamente, bem acolhida por parte da Câmara Municipal, e não causa constrangimento nenhum ao senhor presidente admitir isso. Entretanto, e respondendo à senhora deputada Carla Gouveia, o senhor Presidente referiu que é um “*bocadinho*” cético em relação ao orçamento participativo mas quer do lado do PSD quer do lado do Partido Socialista foi uma insistência e vai tentar-se por em prática no próximo ano, porque este ano já não houve possibilidade atendendo aos prazos. O senhor Presidente mostra-se cético em relação à questão do orçamento participativo, porque o executivo já fez um processo de participação cívica bastante alargado no plano estratégico que é muito mais importante do que propriamente um orçamento participativo e, infelizmente, houve muito pouca adesão. E está-se a falar do documento estratégico participado por todos, grupos municipais, partidos políticos, etc., e que definirá o rumo estratégico do Município nos próximos vinte anos, e a participação foi baixa. Contudo, o senhor Presidente espera estar enganado quanto a esta matéria, ou seja quanto ao insucesso do orçamento participativo. Continuando a falar da participação dos partidos políticos é sempre feita a participação do lado da despesa, ou seja, são feitas sugestões para se fazer mais despesa e, depois, do lado da receita não existe esse contraponto. E o senhor Presidente voltou a referir que só há uma forma de captar receita que é aumentar os impostos, não há outra. Infelizmente, as taxas baixaram atualmente são um valor residual, cerca de cento e poucos mil euros de orçamento. Claro que com esta nova dinâmica o valor da receita em dois mil e quinze foi superior ao valor da receita de dois mil e catorze e espera-se que assim continue mas não é suficiente. A maior parte das vezes fala-se de intervenções de milhões de euros. Por exemplo, já existe um projeto e uma estimativa orçamental para a ligação da Zona Industrial de Vagos até à estrada florestal no limite do concelho de Ílhavo. A estimativa orçamental para essa obra anda à volta dos setecentos e cinquenta mil euros, portanto, é uma obra cara. A outra parte, desde a Zona Industrial até ao nó da A17, será bem mais cara e é preciso arranjar fundos de financiamento e aí torna-se absolutamente fundamental o recurso aos fundos comunitários, porque só estes podem permitir uma alavancagem deste investimento. De outra forma é preciso arranjar recursos próprios e, como se pode ver, numa Câmara Municipal que tem condicionados um milhão e oitocentos mil euros de despesas com a dívida que tem, com três milhões e quinhentos mil euros condicionados com despesa com pessoal, tem despesas na área dos transportes escolares de quatrocentos mil euros, tratamentos de lixo seiscentos mil euros, iluminação e água cerca de um milhão de euros. Estas despesas, quando se entrar num ano económico, são certas e já para não falar nas despesas na área da educação. Assim sendo, torna-se extraordinariamente difícil e é fundamental, para isso, o recurso aos fundos comunitários. Relativamente às questões do senhor deputado Pedro Neto o senhor Presidente esclareceu que no desenvolvimento económico não falou por lapso, mas está no texto, na Incubadora de Empresas da Região de Aveiro. Apesar de não existir, ainda, infraestrutura física a Câmara Municipal tem apoiado várias empresas e, ainda, há bem pouco tempo surgiu mais um projeto interessante para se instalar futuramente no polo da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro. Mas, evidentemente, o desenvolvimento económico não é só a parte da indústria, o próprio turismo entra muito nesta área, tal como o comércio. Na questão do património há uma referência, embora não seja muito extensa, na página oito mas dá para delatar que há essa preocupação relativamente a este assunto. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar pediu para voltar a usar da palavra e explicar ao senhor Presidente onde viu os noventa mil euros para as Escolas. Assim sendo, referiu que verificou esse valor na página noventa e cinco na rubrica 2.1.1., na página dois do plano plurianual de investimentos, *“educação ensino não superior noventa mil euros e cem.”* Em relação aos quinhentos mil euros que disse em contraponto estão na página cinquenta e nove, *“no ponto 3.3.1 reparação dos pavimentos dois mil e dezasseis - quinhentos mil euros.”* Entretanto, aproveitou para colocar mais algumas questões. O senhor Presidente referiu, a propósito da Lei 73, o cumprimento do POCAL, e a senhora Vereadora do Partido Socialista já havia feito referência a este aspeto na reunião de Câmara, e o grupo municipal do Partido Socialista também quis deixar, aqui, que do seu ponto de vista não estão totalmente cumpridas as regras. O grupo municipal do PS é de opinião que faz falta, aqui, uma demonstração de resultados e um balanço previsional em relação a estes números, ou seja, quer da parte dos grupos municipais quer da parte dos munícipes convinha saber o que é espectável em termos financeiros para se chegar ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis. O senhor deputado referiu, ainda, que não conseguiu perceber qual o alcance deste regulamento que está, aqui, com algum destaque e que não viu com grande interesse a não ser dizer que ele existe. Ainda em relação à *Magna Carta* a questão não se prende com o número de anos e sim com a dificuldade em explicar como é que num longuíssimo período sistematicamente as receitas previstas são superiores às receitas obtidas. O que pode existir aqui ou é um fenómeno de pagamento de receitas súbito a meio do ano ou então quer dizer que os orçamentos são feitos com um determinado viés. Ao senhor deputado pareceu-lhe que o senhor Presidente ficou incomodado pelo facto de não ter havido uma grande participação no documento estratégico e referiu que este até tem uma dignidade superior a um orçamento. O senhor deputado concorda em absoluto, apenas com uma diferença, é que num documento estratégico a Câmara pode pegar nele e dizer *“excelente documento estratégico, archive-se”*. Em relação ao orçamento é suposto que isso não aconteça, ou seja, é suposto que a Câmara Municipal tenha que o cumprir durante o ano. Esta diferença, em relação aos documentos, é fundamental porque uma coisa é aquilo que deve ser cumprido e outra coisa é algo que aparece e deveria ser cumprido mas que pode ser feito ou não. Em relação ao orçamento participativo este existe em vários Municípios e a questão levantada pelo senhor Presidente não existe, ou seja, o que acontece quando se discute um orçamento é que há uma determinada verba e os munícipes são chamados a dizer onde é que ela é mais útil e eles entendem que é mais importante essa verba ser aplicada. É disso que se está a falar e não de estar a inventar receita ou estar a induzir as pessoas de que um orçamento participativo é igual a mais impostos, e sim utilizar os impostos que cobra de acordo com aquilo que é a opinião e a vontade de participação dos cidadãos. A conclusão que o senhor deputado retirou é que, segundo o que está aqui presente, e que não se está a falar de dois mil e dezasseis e sim de dois mil e dezassete, e é em relação a isso que o senhor Presidente, no entender do senhor deputado, tem alguma dificuldade em lidar. Aquilo que aqui se prepara é uma rampa de lançamento para tentar fazer um brilharete em ano eleitoral, é aquilo que se conclui quando se faz uma análise destes documentos. E retirando *“a poeira por cima dos números”* e indo à substância é aquilo que se está a fazer, isto é, passar o ano de dois mil e dezasseis para, então, em dois mil e dezassete tentar apresentar alguma obra. -----

---- O senhor deputado Pedro Neto voltou a usar da palavra e esclareceu que quando se referiu ao património não se referia ao património natural, que já estava referido, e sim ao património histórico e o património arqueológico. O senhor deputado sabe perfeitamente que isto representa mais alguma despesa e sabe, também, que há muita coisa que se pode fazer sem gastar muito dinheiro bastando envolver as pessoas e as comunidades na recuperação deste património na valorização e também na promoção dele. Nisto vai ter-se receitas que vão dar ao turismo. No que respeita ao orçamento participativo o senhor Presidente disse que para este ano não foi possível mas não referiu porquê. O senhor presidente também falou do ceticismo em relação ao orçamento participativo e o senhor deputado entende-o, porque de facto a participação política é uma coisa que tem que se lhe diga e exige tradição democrática mas devem ser os políticos os principais promotores da participação pública e da participação política dos cidadãos. O orçamento participativo é uma excelente ferramenta para envolver as pessoas na política e as aproximar e as levar a acreditar nisto tão nobre que aqui se faz que é a política. Entretanto, também contestou a questão do orçamento participativo pelo lado da despesa, ou seja, que é só fazer mais despesa. Se perguntarem aos cidadãos sobre como realizar a receita eles saberão dizer, também, e dar ideias sobre isso da mesma forma que dão sobre a despesa. Em relação ao facto de ser despesa umas vezes pode ser outras não, e o senhor deputado prefere chamar-lhe serviço e é por isso que deve primeiro batalhar e dar voz às pessoas. Por fim, deixou uma nota em relação à despesa com tratamento de resíduos, referida no orçamento na ordem dos seiscentos mil euros, referiu que noutros países há muitos anos este serviço dá lucro e dá receita aos Municípios. Portugal, ainda, não descobriu a forma como o fazer e está a enveredar por um caminho que é o *outsourcing*. O senhor deputado espera que as empresas a quem forem entregues estes serviços de tratamento e recolha de resíduos não tenham o mesmo raciocínio que o senhor Presidente teve à pouco em relação às taxas de DERRAMA que se faz às empresas, ou seja, agora baixas mas um dia são aumentadas e recupera-se o dinheiro. O senhor deputado espera que as empresas, depois de serem desmantelados os serviços de recolha de resíduos que ainda existe, não se lembrem, depois, de subir os seus orçamentos e tem de se adjudicar porque já não há como se fazer. -----

----- O senhor Presidente retomou a palavra para responder às questões levantadas pelos senhores deputados Óscar Gaspar e Pedro Neto. Assim sendo, começou por esclarecer que o senhor deputado Pedro Neto confundiu tratamento com recolha, e tratamento é uma coisa e recolha é outra. Aliás, o senhor Presidente acha alguma piada quando algumas pessoas colocam a questão de *“se esta recolha falhar como é que fazemos? Se a empresa que faz a recolha falhar como é que se faz? Recorremos a Ílhavo, ou a Mira ou a Oliveira do Bairro?”* O Município de Oliveira do Bairro está na mesma situação que o Município de Vagos, portanto se falhar para um falha para o outro. O senhor Presidente lembrou que Mira e Ílhavo têm a recolha concessionada e adjudicada há vários anos. O Município de Vagos é o único Município desta região que faz a recolha com o seu próprio pessoal. O tratamento dos resíduos é outra coisa completamente diferente e está concessionada há vários anos à ERSUC e o Município é acionista da ERSUC desde a sua fundação. Em relação à ERSUC a questão que se coloca, agora, é que a EGF, que era a empresa que geria que tinha a maior parte do capital da ERSUC, foi vendida. Neste momento, a ERSUC depois deste processo de venda concluída será uma entidade maioritariamente privada. O

Município de Vagos manifestou alguma disponibilidade para vender a sua parte do capital mas, atendendo à resposta que se deu, quando foi colocada a questão de se seria um compromisso final, de que a assunção de compromissos só a Assembleia Municipal é que poderia assumir, não foi considerado nesse processo a disponibilidade do Município. Da parte do Município continua a haver disponibilidade, nomeadamente o Município da Mealhada continua a comprar ações de outros Municípios. A ERSUC é, neste momento, a entidade que faz o tratamento e com a conclusão do processo de privatização a EGF ficará uma entidade privada. O senhor Presidente esclareceu, também, que não disse que o orçamento participativo geraria mais despesa, o que disse foi que a globalidade das propostas apresentadas pelos partidos da oposição foram exclusivamente do lado da despesa e que não houve nenhuma contrapartida do lado da receita. Por exemplo, o documento que o Partido Socialista enviou refere: não abusar da rubrica *outros*; incluir dotação para um orçamento participativo; incluir apoio à realização de um fim-de-semana Jovem com atividades diversas; incluir um apoio à instituição de um centro de apoio ao investimento e ao empreendedorismo. Como se pode verificar estas são só medidas do lado da despesa e não são apresentadas quaisquer contrapartidas do lado da receita. O senhor Presidente não está a dizer que estão erradas. Aliás, parte delas, já eram apoiadas pelo executivo e faziam parte do programa eleitoral do PSD. Sobre as questões do Dr. Óscar Gaspar o senhor presidente referiu que “*ou se é preso por ter cão ou se é preso por não ter*”, ou seja, quando se decidiu colocar as normas escritas da forma como se vai gerir a execução deste orçamento o senhor deputado acha que é errado. O senhor Presidente também denotou na contra-argumentação do senhor deputado além de jeito para números tem jeito para retórica, porque acabou por não responder à questão que o senhor Presidente colocou que era dizer quais as rubricas que acha que estão sobreavaliadas. Falou da *Magna Carta*, do excesso de receita que o executivo colocou neste orçamento e à questão concreta que o senhor Presidente colocou não respondeu. A questão do orçamento, obviamente, o documento chama-se orçamento e plano plurianual, é para mais do que um ano. Evidentemente que é absolutamente inesperado e para o ano de dois mil e dezassete terá que ser revisto, porque o volume de investimento previsto para esse ano está muito condicionado à abertura de determinadas rubricas. Além disso, é preciso fazerem-se projetos e é preciso apresentar candidaturas a fundos comunitários para a concretização desses projetos. O senhor Presidente não entende esse incómodo dos senhores deputados, porque ainda há pouco tempo o PSD foi a eleições para a Junta de Freguesia de Vagos e Santo António, com uma abstenção preocupante, e conseguiu ter mais duzentos votos, apesar da abstenção, e o CDS e o PS reduziram para metade o número de votos que tiveram e não consta que o executivo tenha feito qualquer obra pré-eleitoral. -----

----- O senhor deputado Pedro Neto retomou a palavra para pedir desculpas pela mistura dos procedimentos, recolha e tratamento, no entanto o princípio do que disse é o mesmo e continua o mesmo. Em termos de orçamento participativo esclareceu o senhor Presidente da Câmara que este se refere ao público e aos cidadãos particulares e não aos partidos a quem o executivo convidou a participar, e muito bem, mas são coisas diferentes. O senhor deputado terminou dizendo que tem um pressentimento de que há coisas de que só para o ano de dois mil e dezasseis é que se vão fazer para estarem em ação em dois mil e dezassete. -----

----- O senhor Presidente retomou a palavra e referiu que o senhor deputado, com certeza, não acompanhou o plano estratégico para o concelho, porque o plano estratégico foi elaborado em duas fases: numa primeira fase convidaram-se os partidos políticos e os membros da Assembleia Municipal a participarem em reuniões, em conjunto com a Universidade de Aveiro; numa segunda fase convidou-se a comunidade em geral a participar, com inscrições abertas, a manifestarem a sua opinião e a darem o seu contributo. Portanto, este processo também foi participativo e em duas fases diferentes. -----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 16 (dezassexes) votos a favor, do grupo municipal do PSD, 7 (sete) votos contra, do grupo municipal do CDS, e 3 (três) abstenções do grupo municipal do PS. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto dez da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de outubro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----PONTO DEZ: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2015; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu de uma certa forma já fez uma abordagem a este documento. Esta revisão é uma necessidade porque de acordo com a lei têm de ser executados mais de 85% do orçamento e chegou-se à conclusão que até ao final do ano, e não querendo correr o risco, porque eventualmente ainda se pode receber aquele dinheiro dos fundos comunitários aqui referidos, o município poderá não cumprir essa meta. Nos últimos anos as taxas de execução têm andado acima dos 70% e este ano continuar-se-ia acima dessa taxa de execução mas para cumprir os 85% é preciso fazer esta operação que no fundo é uma operação de limpeza de algumas operações de algumas ações que não iniciaram. Em termos globais trata-se de uma redução de oitocentos e vinte e cinco mil euros à despesa e à receita, nomeadamente do lado da receita: na venda de terrenos havia trezentos e cinquenta mil euros e reduziu para cem mil; do lado das habitações foram vendidas algumas do Bairro da Corredoura mas não todas e, portanto, diminui-se aqui também a dotação; na rubrica administração pública/administração local continente, das transferências, estavam cento e noventa e cinco mil euros e reduziu-se para oitocentos e trinta e cinco mil euros, a grande fatia das comparticipações do FEDER pela não execução desses tais fundos comunitários já referidos. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte e duas horas e dez minutos, saiu da sessão a senhora deputada Ana Paula Branco e o senhor deputado Jorge Pereira. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara há cinco minutos perguntava quais eram as dotações que estavam sobreavaliadas e agora veio, o próprio, dizer quais são. A justificação que deu agora é, com certeza, a mesma que irá dar daqui a um ano. Quando foi feito o orçamento para dois mil e quinze fê-lo exatamente com os mesmos pressupostos com que o fez e apresentou há minutos atrás para o orçamento de dois mil e dezasseis. O senhor deputado não precisa de dizer onde é que está a sobreavaliar porque o senhor Presidente sabe, uma vez que esteve na elaboração do documento. O senhor deputado não esteve presente quando o senhor Presidente disse que o orçamento estava a ser executado na ordem dos 72%, mas numa conta simples,

e se o Município tivesse de executar este ano de acordo com aquilo que seria a mensuralização da despesa há uma diferença, aqui, de mais de três milhões e meio de euros entre aquilo que esta Câmara se comprometeu a fazer para este ano e aquilo que está a fazer. Aquilo que os deputados municipais aprovaram no ano passado e aquilo com que a Câmara se comprometeu com os cidadãos a fazer este ano há uma redução de três milhões e meio, ou seja, há aqui uma série enorme de atividades e de investimentos que não estão a ser feitos. Portanto, mais uma vez, o que importa não é este papel com redução de verbas contabilísticas, o que importa é o que está por trás destes números. O senhor deputado nunca teve qualquer problema em viabilizar os documentos dos orçamentos, porque entende que essa é uma competência da Câmara, e as Câmaras sabem exatamente as regras dos números com os quais querem trabalhar. Mas uma coisa é certa, a expectativa ou o compromisso político assumido por essa Câmara há um ano, em relação a dois mil e quinze, cai por terra e aquilo que se percebe aqui é que não foi cumprida. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Pedro Neto para referir algumas questões que no seu entender se podem confundir um pouco com o ponto seis. Na altura não teve oportunidade de se pronunciar e irá fazê-lo agora, juntamente com a discussão deste ponto. A questão da educação e dos ajustes diretos que se fazem a empresas de trabalho temporário. O senhor deputado não está aqui a querer dizer que a Câmara tem culpa ou deixa de ter, sem qualquer tipo de julgamento, mas são fundamentos injustos porque pagam a professores e a auxiliares de ação educativa à hora, muitas vezes com prazos de onze meses, ou pior de trezentos e sessenta e dois dias que é quase o ano completo. Segundo ele há algumas rubricas que até ultrapassam os valores legais dos ajustes diretos, como por exemplo para outros técnicos, para serviços de apoio à administração pública nomeadamente. No ponto seis há uma referência a uma empresa de advocacia a Sousa Pinheiro e Montenegro, que é do Porto, e o senhor deputado não percebe o porquê do ajuste a essa empresa. Entretanto, voltou a colocar a mesma questão que a senhora deputada Carla Gouveia havia feito e que não foi respondida, ou seja, porque é que o orçamento não foi levado ao conselho municipal da juventude. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado César Grave e referiu que a vinte dias do fim do ano esta revisão é apenas para cumprir a execução orçamental, ou seja, o executivo não cumpriu os seus compromissos e esta é uma forma de atingir a mesma execução necessária o que, de acordo com o senhor César é de lamentar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o senhor deputado Óscar Gaspar não participou na discussão do orçamento do ano passado e, portanto, está mais à vontade para dizer algumas coisas que disse. A grande crítica da oposição, e aqui um aparte para o CDS, era que o orçamento do ano passado era pouco ambicioso. Este executivo é que disse que não podia ser mais do que aquilo, porque os membros do grupo municipal do CDS queriam que fosse mais do que aquele valor que lá estava, e o executivo não o fez porque entendeu que os fundos comunitários ainda não estavam em pleno na execução. Se fosse como os senhores queriam esta redução, hoje, seria maior do que se está a verificar aqui. O senhor deputado Óscar Gaspar sabe, perfeitamente, o que é que aconteceu à não execução dos fundos comunitários em dois mil e quinze e, provavelmente, se não se tivesse colocado isso e se tivesse iniciado a execução dos fundos comunitários hoje estaria aqui a dizer que

houve atrasos e que o processo dos centros escolares foi uma vergonha, apesar de se ter ido buscar cerca de dois milhões e meio de euros de fundos comunitários. Se assim fosse o senhor deputado estaria a atacar o contrário que era a Câmara não ter colocado no orçamento. Como, entretanto, foi colocado, e obviamente há a obrigatoriedade de vir fazer esta revisão para cumprir a nova lei fazendo cumprir a execução de 85%, porque é uma obrigação do Município, o senhor deputado já acusa o executivo de ter posto receita a mais. Contudo, não foi capaz no ponto anterior de dizer quais as rubricas onde havia receita a mais e o senhor Presidente espera que no próximo ano o senhor deputado, caso haja necessidade de uma revisão ao orçamento, não venha fazer a acusação ao contrário. Agora, o que o senhor deputado nunca consegue dizer é onde é que se há de ir buscar as receitas, porque arranjar sítio para se ter despesa é fácil pois há muitos projetos e muitas ideias, a questão é como é que se financiam essas obras. A única solução é aumentar os impostos. E os senhores deputados concordam com essa solução? Aumentam-se os impostos aos vaguenses? Provavelmente não é isso que irá acontecer porque o compromisso eleitoral do PSD apresentado aos eleitores em dois mil e treze foi o de manter os impostos nas taxas mais reduzidas. Os senhores deputados já se deviam ter mentalizado que nos dias de hoje essas tais obras eleitorais que tanto receio causa não tiveram influência. Em relação às questões levantadas pelo senhor deputado Pedro Neto e em particular no que respeita ao trabalho temporário o senhor Presidente concorda com o que disse. Não é, de facto, a melhor metodologia mas os Municípios têm estado limitados, ao longo destes últimos anos, na contratação de pessoal. Esta é das poucas metodologias que a inspeção geral de finanças considera correta do ponto de vista da contratação. Quando os valores, dos ajustes diretos que são feitos, ultrapassam os indicados por lei tem de ser feito concurso público. Para os procedimentos a que o senhor deputado fez referência, o da aquisição de serviços das AEC's e das auxiliares de ação educativa, foi feito concurso público. Relativamente à contratação da empresa de advocacia que o senhor deputado questiona o senhor Presidente informou de que foi feita a contratação de um escritório de advogados com experiência administrativa, porque existiam, e existem, uma série de processos em tribunal. A representação do Município em juízo é da responsabilidade do Presidente da Câmara, e neste momento a Câmara não tem nos seus quadros nenhum jurista. Além dos processos judiciais agendados havia também contraordenações que a inspeção da IGF detetou que era preciso por em dia, cerca de quatrocentas, e houve necessidade de contratar uma prestação de serviços adicional para fazer esse trabalho. O senhor Presidente lembrou que há uns anos, há uns três anos, foi feito um procedimento onde foram consultadas empresas, e o preço que se tem é um preço de referência que vem desde essa altura. Em relação ao facto de o orçamento não ter sido levado a apreciação do conselho municipal da juventude foi um lapso, talvez por ainda não se ter criado o hábito de trabalhar com esta entidade recentemente formada mas, numa próxima vez irá ser feito com certeza. Entretanto, aproveitou para dizer que numa das reuniões do conselho municipal da juventude uma das questões que foi lá discutida e que se espelha aqui no orçamento é a semana jovem que está designada como uma das atividades previstas para dois mil e dezasseis como, com certeza, constatarem. -----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 21

(vinte e um) votos a favor, do grupo municipal do PSD e do grupo municipal do CDS, e 3 (três) abstenções do grupo municipal do PS. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto onze da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 03 de dezembro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----**PONTO ONZE: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS PARA ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS - 2016.** -----

----- Apresentou o ponto a senhor Presidente da Câmara e explicou que na sequência do ano transato é para solicitar autorização à Assembleia Municipal para que a Câmara Municipal delibere e depois remeter a este órgão para conhecimento, tal como aconteceu no presente ano. -----

-----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Não havendo público para intervir o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo Secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O presidente,** _____